

Paulo Ferreira da Cunha, lembrando os primeiros anos (Chie Hirose em diálogo com PFC - entrevista)

Chie Hirose¹

Chie Hirose

Primeiramente, quero agradecer aos editores desta obra monumental por acolherem a ideia (coisas de professora...) de realizar esta entrevista com o Professor Doutor Paulo Ferreira da Cunha (abreviaremos por PFC), por quem tenho a maior admiração, desde que o conheci em 2009, no IX Seminário Internacional do Cemoroc Feusp e, desde então, em todos os Seminários do Centro (estamos atualmente no XXII!) e em outros eventos. Na verdade, é também uma imensa alegria pois, como alfabetizadora, tenho a “*deformación profesional*” de, por um lado, imaginativamente projetar o futuro profissional de meus pequenos estudantes e, por outro, regredir à infância de amigos e conhecidos adultos, sobretudo no caso deste grande jurista, educador e artista, com quem tenho o privilégio de dialogar hoje.

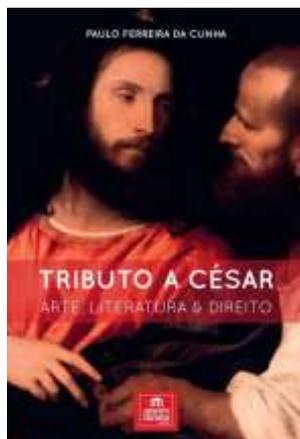


A autora no XIII Seminário Internacional do Cemoroc (2012), recebendo de PFC o diploma de Investigadora do IJI-Univ. do Porto

¹. Doutora pela Faculdade de Educação da USP, com dois Pós doutorados nesta mesma Faculdade. Há mais de trinta anos é professora alfabetizadora da rede municipal de São Paulo; nos últimos vinte anos na EMEFM Vereador Antonio Sampaio, que acolhe alunos de comunidade em situação social vulnerável e é referência em educação de inclusão. É Diretora Científica de Eventos do Cemoroc (Centro de Estudos Medievais Oriente & Ocidente da FEUSP) e também diretora de Relações com a Escola Pública desse mesmo Centro. A entrevistadora agradece ao Prof. Dr. Jean Lauand, pelas sugestões e colaboração na elaboração das perguntas. E também, como editor deste volume, pela liberdade de formato que me foi concedida. Forma final da entrevista em 23-08-2020.

Com a generosa permissão dos editores, estender-me-ei um pouco nesta introdução e também recolherei o capítulo “Os Hieróglifos” do livro de PFC “Tributo a César”, que considero de muita relevância para pautar esta nossa conversa (além do benefício adicional de oferecer ao leitor um delicioso capítulo de PFC).

Sou professora alfabetizadora há muitos anos e, em uma mesma escola da Prefeitura de São Paulo, há mais de vinte anos: conheço de perto a todos nessa Comunidade e ocorre frequentemente que eu alfabetize filhos (e sobrinhos...) de minhas ex-alunas e ex-alunos.



Claro que essa imaginação projetiva do futuro de uma criança é nebulosa e incerta, sobretudo quando essas crianças provêm de famílias de situação socialmente vulnerável e já carregam a pesada carga dos limites que lhe são impostos estruturalmente pela sociedade em relação a seu futuro... Há além do mais, em nós, educadores, muito de desejo amoroso em relação à realização futura de nossos alunos. Seja como for, não dispomos de uma bola de cristal para predizer o que virão a ser – para o bem e para o mal... – nossos pequenos. Costumo brincar com meus alunos, fazendo de conta que quando eles vierem a ser presidentes da república, deverão, em sua entrevista de posse, mandar um beijo para sua primeira professora: o ensaio dessa entrevista dá-se em aula, com muitas risadas, mas “a sério” – todas e todos entram entusiasmados na atividade e disputam o “microfone” para seus pronunciamentos... E ficam felizes de ver a professora orgulhosa deles e do que virão a ser!



Infância de Senna: <https://www.ayrtonsenna.com.br/idolo/infancia/>

O caminho reverso – especialmente em casos de vocações e tendências muito acentuadas – é mais fácil: encontramos traços de imenso amor à verdade já no menino

Gandhi, na prepotência agressiva de um Donaldinho Trump, na virtuosidade precoce da infância de um Mozart, em uma Florence Nightingale, na coragem de uma Malala Yousafzai, nas vitórias de kart mirim de um Ayrton Senna ou naquela coleção de troféus e genialidades com a bola que uma Marta ou um Neymar já tinham acumulado aos seus 10 anos (cf. <https://www.youtube.com/watch?v=dscGoG-jOc0>).

Por razões que o leitor entenderá em seguida, recolho aqui o capítulo (autobiográfico?) “Os Hieróglifos” de PFC.

OS HIERÓGLIFOS

Uma primeira infância bem vivida deve ser sinónimo de puerilidade analfabeta. Meninos (ou Meninas)-prodígio, de óculos grossos e redondinhos, muito bem comportadinhos, não passam de pequenos *robots* que nada auguram de bom para futuro. A educação precetorial britânica (mas também a própria intervenção parental) parece ter criado uns tantos monstrinhos desses, de que se celebrizaram mesmo um par (ou pouco mais) de entre todos. Cremos, contudo, que apesar dessa precoce educação, não, de todo, por causa dela. Talvez por isso as leis portuguesas (e acredito que de outros países) tinham regulamentações estritas sobre as idades em que uma criança poderia entrar na escola. Mas era curioso como os pais mais ou menos sempre queriam que entrassem antes, e, assim, capitalizassem um ou dois anos de escolaridade, que levaria os filhos a chegar a metas mais cedo, certamente.

Falamos dos pais de há uns anos, que deixaram um antigo proverbial laxismo com a prole para nela investirem todas as suas complacências e dela exigirem grandes feitos. Coisas de investimento, claro: é preciso retorno...

Como tudo se torna contratual e (pior ainda) economicista!

Na verdade, não se trata de um contrato sinalagmático. Os pais e educadores apostam num cavalo, e o cavalo não tem nada que reclamar. Só correr, esfalfar-se e ganhar. Então se as crianças forem artistas, desportistas ou afins, a exploração pode ser desenfreada. Mas adiante. O caso que relatamos não tem nada disso.

Estava na cozinha ensolarada com os seus seis ou cinco anos. Anos analfabetíssimos esses, como deve ser. E contudo muito cultos. O pequeno Nuno tinha um gosto especial pelo cavaquear com os adultos, como se fora um deles: mesmo reproduzindo algumas expressões de grande maturidade (ou caturrice), que lhes seriam privativas, nomeadamente aquelas frases proverbiais sobre o desconcerto do mundo...

A mãe, com uma azáfama bem-humorada, dava ordens rápidas às criadas (então assim se lhes chamava), mas pelo canto do olho não deixava de apreciar o que a criança ia fazendo. Estava curiosa. Era um dia importante.

O Nuninho (que em breve ia perder o direito a tal diminutivo, em parte por exigência própria de quem se sentia já “grande”) tinha recebido pouco antes, num dos seus habituais passeios com a mãe, o seu primeiro Livro de Leitura. O clássico Livro de Leitura para a

instrução primária, que além de *best-seller* seria um mito, formatador de cabeças de milhares e milhares, por todo o país, durante ao que cremos umas boas décadas...

É ainda para mim hoje um tanto inacreditável que naquela época todos os meninos e meninas do país afinassem pelo mesmo “livro único”, que além do mais parecia servir para o ensino de virtualmente todas as disciplinas, da aritmética à religião e moral, passando pelo que pudesse extrair-se de Humanidades ou afins...

Empoleirado numa banca alta, ele abriu o embrulho de papel rude, deitara fora o fio que o segurava, com método e sem rasgar um centímetro.

E depois de avaliar a cartonagem (que era um livro cartonado) embrulhara-o de novo, como para degustar outra vez a surpresa de nova abertura.

Abriu de novo então, repetindo os passos, meticulosamente, saboreando cada momento. E embrenhou-se na obra, todo curvado, nessas posturas que fazem à coluna vertebral o pior possível.

Recordemos que o Nuno não sabia ler, nem sequer fazia ideia ainda que teórica e vaga do processo de leitura. Sabia que existia isso de ler, que era uma atividade a que as pessoas se dedicavam depois de aprendizagem, normalmente escolar, mas nunca tinha tido curiosidade em aprender na sua casa de gente letrada, cheia de livros, e onde todos os dias entravam pelo menos dois jornais novos.

A mãe, entretanto, distraíra-se com qualquer pormenor doméstico. Mas logo é despertada com um recitar de nomes e mesmo de pequenas frases, como se a criança, até então só precoce em conversas, houvesse revelado novo prodígio, e tivesse aprendido sozinha num quarto de hora de silencioso folhear do manual do ensino primário, onde se liam, e se viam, coisas como Pê e à Pá, Pê e é Pé... Algo desse género...

“– Muito muito bem, Nuninho. Mas tu estás a ler mesmo muito bem.”
- e logo veio o pecado original da escolaridade, a instilação do veneno da comparação e da competitividade.

“– Magnífico. Excelente. Os teus colegas vão demorar três ou quatro meses para chegarem onde chegaste agora...”

Obviamente não era nada verdade, porque até se não tratava de verdadeira leitura.

O rapazinho não se envaideceu, e como era inteligente e intuitivo, não levou muito a sério o elogio, aliás meio mecânico e distraído da mãe. Ele limitava-se, como é bom de ver, a descrever, no caso particular das frases que ia construindo em tom mais solene e declamado, aquilo que vira representado em coloridas imagens. Certamente essa pose declamatória era ela também fruto de uma imitação, tentando reproduzir o ar e o timbre de alguém a quem ouvira declamar... e lá achará que esse tom seria (pela solenidade da situação) adequado ao ato.

Dir-se-ia que se estava perante um recuo aos alvares da criação da escrita: ele estava assim a seguir o método ideográfico, com pictogramas...

Claro que quando a escola começasse, dali a um par de dias, não se espantaria de que a técnica de leitura fosse na verdade outra. No caso, a fonética, mas sempre combinada, claro, com o reconhecimento de sinais, representativos de sons. E fora tão fácil, não só para ele como para todos os colegas, tão fácil que no Natal já todos liam (e tinham começado as aulas no início de outubro). Sempre achei que o processo de aprendizagem da leitura e da escrita nas línguas maternas (sobretudo as ocidentais) é um autêntico milagre. Qualquer que seja o método e o professor nas línguas orientais é mais que milagre.

E de novo o processo recomeçou, sempre pela imagem.

O nosso menino não prodígio preferia brincar a tirar altíssimas notas. Fê-lo sempre, mesmo durante a licenciatura... para imenso bem da sua sanidade mental, e da sua cultura, porque sempre brincou a brincadeiras interessantes e úteis, que o enriqueceram. Por isso, sempre conduzido por uma desconfiança respeitosa mas de resistência passiva às imposições (sobretudo as mais totalitárias) da escola, de todas as escolas, sempre que podia esquecia, esquecia sim, literalmente, esse engessado livro de leitura, ao qual só regressava por obrigação (mas sem mágoa, sem guerra, como uma corveia que tem que se ir aturando). As imagens bonitinhas trocava-as por outro tipo de estética, nos álbuns de banda desenhada, que devorou.

Naquela época, havia nas classes média e alta da sua terra um álibi muito conveniente para adolescentes e seus pais comprarem banda desenhada.

É que como ela era então, ou começara por ser, belga ou francesa, a nata mais chique da cidade encomendava caríssimos (para o bolso de Nuno) álbuns de grandes personagens, que os mais endinheirados emprestavam ao Nuninho, com beneplácito dos pais de todos. E até, no início, com leitura por parte deles, já que o Francês só entrou nos seus estudos por volta dos seus dez anos.

Concomitantemente foram aparecendo revistas de Banda Desenhada, em que a divulgação era muito mais democrática. E mais tarde viria a descobrir que essas revistas já tinham existido anos antes. Mas parece ser fado das revistas terem de desaparecer...

Foi assim relativamente tarde que Nuno dissociou o desenho e a pintura da escrita. Até porque da leitura da banda desenhada precocemente passou a criá-la. A primeira tentativa, ainda mista, foi em colaboração com um avô. O caderno sério de capa rubra ganhou uma caveira e duas tíbias cruzadas, com o título revelador: "O Tesouro maldito". Na praia, durante os meses de junho a agosto (três meses donde saía bronzeadíssimo todos os anos, sem que contudo parasse um segundo com essa intenção), o avô ia desenhando e escrevendo diante dele, até que, na parte final, já escreveu e desenhou sozinho, uma estória sobretudo de ação...

Mas a intriga e o traço (e a cor) iriam melhorar muito ao longo dos anos (talvez uma dezena) em que se dedicou à oitava arte. Gripes com obrigatoriedade de repouso em casa eram muito fecundas. Tinha transformado a mesinha de refeições na cama em seu estirador particular, e era muito rigoroso na escolha das tintas, embora usasse só canetas de ponta de feltro, lápis de cor, e mais raramente aguarela.

Quando a avó, orgulhosa do seu falecido marido pintor e desenhador, disse um dia a uma professora que ele fazia BD, foi forçado a mostrar a sua obra. Para que o não incomodassem, levou o único *western* que tinha por brincadeira feito, a preto e branco apenas, e visivelmente medíocre. Parece que a professora ficou descansada, e ele também. Com a entrada para os primeiros anos do liceu, pôs de parte essas estórias, e com o fim mesmo do curso geral, pelos quinze anos, como contrariassem a sua vocação para a pintura, deu todo o seu material, e remeteu-se à escrita apenas. Só mais tarde recuperaria os pincéis e as telas.

Mas por vezes vinha-lhe a tentação de publicar alguns livros que ia escrevendo com ilustração sua.

A imagem precede o hieróglifo da escrita, mais ou menos estilizado. Acho que Alain fala qualquer coisa sobre primeiro virem os signos e depois só os significados. Sim, podemos ser atraídos por uma imagem que não desvendamos, e que sintetiza o que depois podemos racionalmente ir aprendendo. As teorias sobre os hieróglifos antes da Pedra de Roseta deveriam ser recuperadas. Quantas traduções meramente poéticas, sem nenhuma conexão com o texto!... E ainda assim procedemos em muitos casos. O Mão Larga, das *Terras Pardas* de Reinaldo de Carvalho, caiu num tribunal em que nada entendia, e fez da cena uma ópera surrealista em que se agitavam corvos negros.

Felizmente o nosso Nuninho, quando entrou num tribunal, foi pela porta larga de estagiário de advocacia. E viu que tudo aquilo era bom.

Chie Hirose

Penso que esta citação, apesar de longa, tem o mérito de facilitar o andamento de nossa conversa, permitindo-me pautar algumas outras perguntas.

Nessa linha, vai minha primeira indagação, que certamente traduz a curiosidade de todos os leitores: O Nuninho é autobiográfico do próprio PFC?

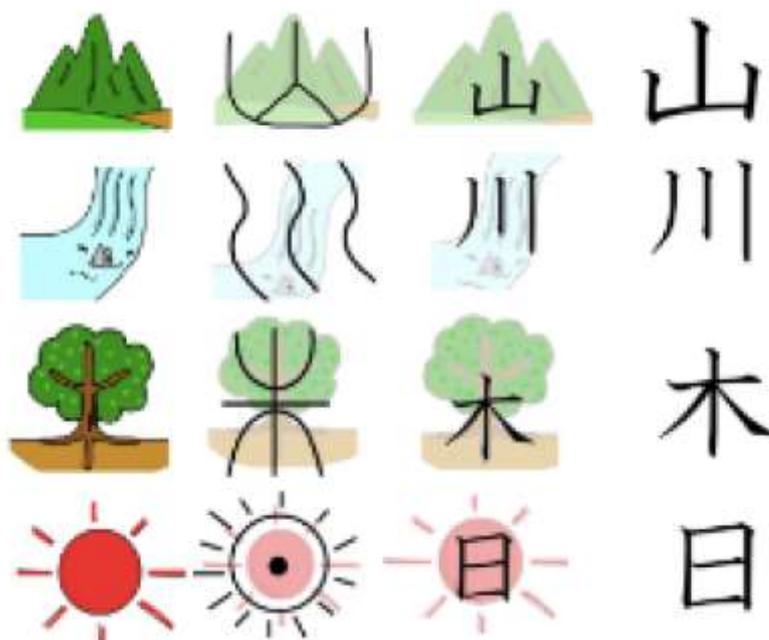
Paulo Ferreira da Cunha:

Respondo muito sucintamente, depois de muito agradecer esta surpreendente e instigante entrevista. Espero estar à altura, e satisfazer a boa curiosidade (porque também há uma curiosidade menos boa – mas essa não é daqui), e manter o recato que sempre, e mais agora, me impus.

A resposta é simples, embora a questão seja complexa. Todas as personagens e factos dos livros ficcionais que escrevi, e muito em especial desse, *Tributo a César*, são, de uma ou de outra forma, tributárias de pessoas que conheci e peripécias que vivi. Há pedaços de mim, evidentemente, no Nuninho. Como há no menino do outro conto citado mais adiante nesta entrevista, como em outros. Mas alguns aspetos foram metamorfoseados, ou são claramente diferentes. No caso do Nuninho, tanto quanto me lembro, o mais importante é o processo de *aprendizagem* da leitura. E esse é, tanto quanto me lembro, absolutamente idêntico ao meu...

Chie Hirose

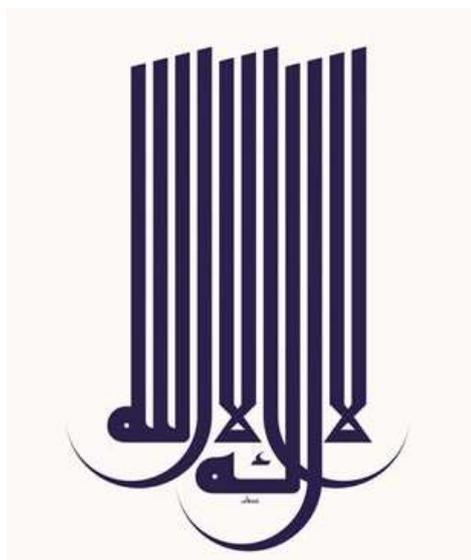
Então, já adianto uma outra pergunta / tema de diálogo. Achei muito sugestiva a sua sensibilidade (do Nuninho? rsrs), desde pequeno de interagir com a imagem e o significado dos signos. Eu protagonizei “o milagre” de ter sido alfabetizada primeiramente em japonês e lendo os mangás do grande Tezuka Osamu. Identifiquei-me com a experiência do Nuninho: eu imagino que o menino PFC, na alfabetização do banco escolar, teve a surpresa de sentir as letras um tanto insossas, ao contrário daquela leitura infantil na cozinha de “recuo aos alvares da criação da escrita: ele estava assim a seguir o método ideográfico, com pictogramas...”. Na língua japonesa, muitos ideogramas guardam relação pictórica (estilizada, com o passar dos séculos) com a realidade que designam: *yamá*, *kawá*, *ki* e *hi* (montanha, rio, árvore e sol, respectivamente) são:



<https://cdn.tutora.co.uk/article/inline/large-5b575026b1fb9.png>

As artes orientais da caligrafia trabalham muito essa relação mais profunda com a imagem. A Dra. Aida Hanania, estudiosa da caligrafia árabe e ex-aluna de Hassan Massoudy, o maior calígrafo do mundo, faz notar diversas instâncias desse papel da imagem no mundo árabe islâmico:

A *shahadah*, fórmula fundamental islâmica: *lā 'ilaha 'illā-lāh* (“Não há deus, exceto o único Deus”), que decora as mesquitas, escreve-se com as “letras verticais” do alfabeto árabe, convocando, promovendo pela escrita, uma ascensão do espírito a Deus!!



A *shahadah* - <https://co.pinterest.com/pin/864128247221201381/>



A palavra *As-Salam* (Paz), caligrafada por Massoudy

Pergunto: que relação com a palavra guarda a acentuada vocação para a pintura de PFC?

Paulo Ferreira da Cunha

É um tema muito interessante. E o curioso, mais curioso ainda, é que é a primeira vez que falo nisso.

Antes de mais, eu tive uma relação sentimental com cada letra e cada número. Sem qualquer relação numerológica ou cabalística, eu lembro-me de gostar muito do 2 e do 7, do “d”, do “s”, do “p” e do “j”. E também do número 3. Neste caso e do no “p”, é identificação pessoal, porque nasci num dia 3 e, chamando-me Paulo, “P” era minha abreviatura (mais tarde, usei a letra grega Pi para assinar os meus quadros: ainda o faço). “D” talvez derive do nome de minha Mãe, Dalila. É curioso que sempre achei de respeito e como que basilares o número 1 e a letra “a”, que é a do início do nome dos meus Avós (Ary e Armando), do meu pai, e do meu filho mais velho Pedro

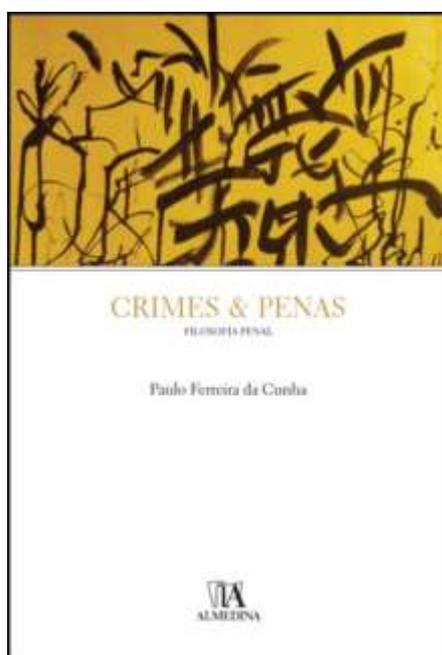
(todos Ary também). O “J” talvez se relacione com o meu segundo nome e do meu filho mais novo, Jorge. Letras como “g”, “c”, “P”, e números como 4, 5, 6, 8, e 9 pouco me dizem.

Mais tarde, fiquei seduzido pela forma medievalizante como o meu diretor de tese em Paris, François Vallançon, desenhava a letra “d”.

É importante salientar, entretanto, num tempo, como este nosso, em que se escreve tão mal, se desenham tão mal as letras (nisso, o Brasil ainda é um bastião: há pessoas com caligrafias muito bonitas), que fui para isso muito incentivado por minha Mãe, que ainda hoje tem uma letra lindíssima (meu Pai também tinha, aliás – mas com mais largueza). Primeiro, usava cadernos de duas linhas (como mais tarde revivi, numa efêmera tentativa de aprender o Árabe). E era treinado com rigor a escrever bem, vezes sem conta, mesmo já com cadernos de pauta normal. Minha Mãe era muito exigente nisso.

Em matéria de estudo, acompanhou-me muito nos primeiros anos. Foi com ela que aprendi a consultar diversas fontes para o estudo (ela usava a expressão “compulsar elementos”) e por vezes ouvia-me em exposições de matérias que eu estudava e de que viria a fazer provas. A última vez que isso aconteceu (mas com um hiato de muitos anos, claro – décadas) foi na exposição de cerca de uma hora que fiz (a ela e ao meu Padrasto) sobre John Locke e a separação dos poderes, tema sobre que viria a ser a minha primeira intervenção no Mestrado de Direito Constitucional sob a orientação do meu saudoso mestre Rogério Ehrhardt Soares.

O estudo de caligrafia oriental, subsidiário da pintura, sempre me interessou, e mesmo estive presente em aulas de pintura, como as dos meus professores Carlos Trindade e Joana Patrão. Pelo menos nisso se falou, e tenho algumas composições nessa linha. A capa do meu livro *Crimes & Penas* tem como ilustração um fragmento de um quadro meu, “Confúcio – retificar a linguagem”, todo feito de inventados caracteres...



Curiosamente, com outros professores meus, como Júlio Bragança e Camila Giudice, enveredei por uma perspectiva mais colorista. As minhas manhãs de sábado pintando na Ordem dos Advogados em São Paulo, com um grupo excepcional (por Camila orientado), de quem tenho muitas saudades, estiveram na base de várias exposições, e sobretudo a grande individual, na galeria *Quadras Soltas*, no Porto, cujo título foi, significativamente, “Fauves”.

Mas, voltando à relação pintura-escrita: ainda hoje procuro escrever poesia de forma manuscrita. O que é uma forma de desenhar os poemas...

Contudo, creio que não foram as letras e os números que me levaram autonomamente à pintura. Eu já desenhava e pintava antes de ter tomado conhecimento deles. Há é uma grande ligação entre tudo o que é produzido por um objeto riscador... e toda a imagem tem um simbolismo.

Chie Hirose

Ainda no tema do impacto da cultura escolar sobre a criança não escolarizada, percebo nas crianças que me chegam da Comunidade uma outra surpresa: que a escrita – arbitrária e convencional – instala-se em uma lógica que é totalmente alheia a seu mundo, de cultura oral.

Muitas crianças vêm de famílias nas quais a cultura dos adultos é predominantemente oral, herdada das tradições do Nordeste, do caipira, do indígena e da tradição africana. Lembro de minha aluna Fátima – de pais analfabetos, a última da classe a ler e escrever –, que conseguia narrar perfeitamente longas histórias, com todos seus detalhes, para a classe, de forma que encantava a todos nós, seus ouvintes. É um caso que ilustra muito bem a vivência dela em casa: a força da cultura oral. Para mim, a Fátima até parecia intuir que ela era a última representante dessa tradição, inconscientemente relutando em sucumbir à cultura padrão...



Naturalmente, isto é para a alfabetizadora – com formação em Antropologia – uma grande dificuldade (e até um conflito existencial). Pergunto: PFC, que teve um

avô tão especial, que despertou no neto o encanto das narrativas e a vocação para a pintura, como lidou com o impacto de desbravar o caminho de jurista, com a lógica específica desse mister?

Paulo Ferreira da Cunha

Meu Avô Ary foi uma pessoa decisiva na minha formação. Mas várias outras o foram, ao longo do tempo. Desde logo a sua esposa, a minha Avó Carolina, de quem durante muitos anos tive um grande e belo retrato (pintado por Victor Câmara) a olhar-me enquanto trabalhava, no meu escritório (tive depois que o tirar para colocar mais uma estante, pois os livros não param de crescer – é uma vergonha...). E naturalmente os meus Pais, a minha outra Avó, Alcina, vários tios, as minhas primas Ivone e Maria Virgínia (que viviam com a grande Família também, na grande Casa Amarela em que nasci e vivi até tarde). Cada um deu um importante contributo. Seria muito longo falar em detalhe.



Avós paternos de PFC na praia

Por exemplo, a minha prima e madrinha Ivone era então uma grande leitora de romances policiais. Embora nessa infância eu não me atrevesse a folheá-los sequer (as capas eram normalmente sombrias), fiquei com a imagem dela lendo-os e creio ainda hoje que são um dos redutos da inteligência em Literatura. Li, por exemplo, Agatha Christie toda, mas ainda acho que o seu melhor livro é a Autobiografia. A prima Maria Virgínia, de uma ironia insuperável, sobretudo me recitou alguns dos seus poemas, creio. Pelo menos, sei alguns de cor. Dela, e da minha outra prima (que não vivia connosco, porém), que publicava com o pseudónimo de Sílvia Dora, e chegou a ser comparada a Florbela Espanca. Na Família, muitas pessoas faziam versos: além delas, lembro o meu Avô e o meu Pai (de que sei de cor algumas composições). Mas a poetisa mais consagrada e a única editada foi mesmo Sílvia Dora (os outros, versejaram episodicamente)... Sou suspeito, mas acho realmente uma injustiça que não seja mais conhecida. A *Fortuna* literária, artística, política (toda a *Fortuna*) é caprichosa... Desde muito pequeno que fui apreciando como de nada vale acreditar (pelo contrário) que a qualidade um dia será reconhecida. Há às vezes justiça, é certo, no reconhecimento público. Mas, as mais das vezes, imperam outras razões... e desde logo intervém a Sorte. Por isso, é que é muito mais proveitoso procurar a pequena Felicidade de uma *aurea mediocritas* (mas que só se encontra também cumprindo o seu dever) que perder-se em busca da celebridade, da fama e coisas mundanas que se

lhes associam... Muitas vezes não se alcançam, e quando, eventualmente, se atingem, dizem muitos entendidos que não possuem o sabor que se lhes atribuíra, sendo frequentemente uma decepção. E por que preço alguns pretendem alcançar essa miragem! A lenda de Fausto é muito eloquente: é uma venda da alma... mas o corpo também se ressent. Contudo, sobre a busca da Felicidade, não se pode esquecer Séneca: quanto mais afanosamente a perseguimos, mais dela nos afastamos...

Respondendo mais diretamente, sobre o Direito. Pelos meus 15 anos, há um momento de rutura com a pintura, quando minha Mãe (de algum modo repetindo comigo o que sucedera com ela, para a música) me levou a não seguir os estudos para ser pintor. Nessa altura, ofereço todo o meu material de pintura a minha Irmã, e corto com a vocação. Não quer dizer que o Direito não fosse também uma vocação. Não era, na altura, tanto pelo Direito em si, mas por duas razões que nesse curso confluíam: por um lado, o Direito era um curso de “banda larga”, que na altura ainda era a formação de base de muita gente – desde políticos a administradores de empresas, e sobretudo, no que me interessava, a diplomatas. Era na diplomacia que eu pensava quando escolhi Direito (mais tarde, duas ou três possibilidades de retomar essa vocação surgiram, mas algo sempre acabaria por frustrar a mudança). Por outro lado, eu sempre tive uma enorme vontade de justiça (tal é o título do meu próximo livro, que quase vai chegar a 1000 páginas). Pelo Direito, eu poderia ter uma profissão proverbialmente culta – tantos diplomatas escritores pelo mundo fora, e nomeadamente aqui no Brasil – e, de forma ainda difusa, eu queria estudar coisas que me permitissem que houvesse *mais justiça no mundo* (uma frase de uma estudante de Luigi Lombardi Vallauri que me impressionou). No fundo, não era uma questão de passar da metodologia da pintura para a do direito. Nem sei como compará-las. Há apenas em mim uma semelhança (mas é pessoal): numa e noutra procuro harmonia, beleza, ordem, e superação do consabido.

Só uma nota mais, para que não fiquem quaisquer dúvidas: quando, na minha tese de doutoramento de Coimbra, a dedico ao meu Pai, considerando-o mesmo como meu *primeiro mestre*, não um fiz por artifício retórico. Apesar de ele ter falecido muito cedo, foi decisivo na minha formação. Diria mesmo que, ao longo de toda a vida, tenho estado em diálogo com ele. Agora que considero isso, estou absolutamente seguro de que o seu exemplo foi o grande padrão que tive sempre diante de mim. Era, antes de mais, uma pessoa generosa, sem vaidades, muito à frente do seu tempo, com uma compreensão do mundo muito profunda e dúctil, um sentido de humor permanentemente exercido. Para além, obviamente, do seu conhecimento, da sua inteligência, da sua retidão. E do seu gosto pela conversa, pelo diálogo, pela indagação filosófica permanente. Não é a ele que imito. Realmente, não imito ninguém. É, contudo, com ele que dialogo, com a consciência de que somos diferentes em muita coisa. A relação filial é em mim muito forte.

Com minha Mãe também dialogo muito, ainda hoje, e até nos rimos bastante. Ficamos, durante este tempo de vírus, muitas horas ao telefone, e temos, por vezes, polémicas interessantíssimas. Nunca gostei da atitude complacente desses filhos que, afinal, não respeitam muito os pais, falsamente concordando com tudo o que dizem, e privando-os assim do cotejo de ideias, que em muitos casos é janela e ponte entre tempos. Do mesmo modo que nunca achei as crianças e adolescentes seres menores e incapazes intelectualmente, também tem sido com pessoas mais idosas que tenho tido das melhores conversas da minha vida. Penso muito como seria bom falar com o meu Pai hoje. Se há ferida irremediável que guardo comigo é a da sua saudade. Mas também nela há esperança.



PFC criança e sua Mãe

Chie Hirose

Sou uma educadora que acredita profundamente que a criança aprende quando tem um vínculo pessoal com a professora. Que lembranças guarda da professora que o alfabetizou? E que outros personagens marcaram a experiência do menino PFC?

Paulo Ferreira da Cunha

É curioso como parece que comigo as respostas são sempre difíceis... Sempre que nalgum *site* da *Internet* vem a proverbial pergunta “nome da sua professora primária”, eu me engano, e acabo por não conseguir aceder (tendo esquecido qual delas registei). Porque tive, nesse primeiro ano de entrada na escola, realmente duas professoras.

A primeira de todas, uma anciã sábia e doce, pequenina e de cabelos de prata, foi a Senhora D.^a Natividade. Como é curioso o nome, para quem, como eu, então nascia para o saber escolar... Lecionou pouco tempo, mas alguma coisa que eu fiz (não me recordo se já mesmo um texto) a fez vaticinar que eu viria a ser escritor. Gostaria de o ter sido...

A segunda professora, que viria a sê-lo na 1.^a série (classe) e depois de novo na 4.^a, teve em mim uma influência muito grande. A Senhora D.^a Maria Teresa Fortuna. Uma jovem, decidida, inteligente professora, enérgica, entusiasta. Não sei se teria muita experiência quando me deu aulas, mas sentia-se totalmente à vontade. Tinha uma simpatia que não era frouxa, e um rigor que não era duro. Presidia à sua decisão, realmente, a Justiça. Eu sempre tinha assumido, sempre assumi, na escola uma posição de observador, de algum modo *outsider*. Queria ser o menos integrado dos bons alunos, com notas que rondassem a média de 17 ou 18 (em 20), e que me permitiam ter mais tempo para as minhas coisas. Fazia composições um tanto fora do normal (sempre me irritaram redações como “A Primavera”: um dia, perante o tema “A Feira”, descrevi a feira em que se tornara a aula, com cada colega a tentar vender o seu texto-produto à professora), e desenhos completamente a sair dos cânones – porque dava sempre uma interpretação própria, em diálogo com leituras e percursos autodidáticos. Ela sempre respeitou essa minha forma de ser, e sempre me incentivou.

No início, na 4.^a classe, quando regressei à Escola em que começara, senti que não era ainda reconhecidamente dos mais queridos alunos (aliás, estivera fora durante dois anos), claro. Mas em breve sobressaí. Ficamos amigos para sempre.

Dediquei-lhe um dos meus primeiros livros. De vez em quando, a Sr.^a Prof.^a D.^a Maria Teresa faz-me a surpresa de aparecer em eventos meus. No dia em que se comemorou o meu 50.^o aniversário, veio ao jantar, e ofereceu-me os meus cadernos escolares, que tinha guardado durante 40 anos. Fiquei muito sensibilizado.

Lembro-me dela quando entrei para a escola, nos meus 6 anos: elegante na sua bata branca, de olhos e cabelos claros, voz sinceríssima e decidida, sem deixar de ser amável, mostrando-nos o Mundo em todas as suas facetas.

Ter bons professores é essencial. E os primeiros são decisivos. Estou convencido que foram as boas experiências com os meus primeiros professores que me fizeram tanto amar a escola, e tanto sofrer também com o seu desvirtuamento. Infelizmente, conheço algumas pessoas que, de algum modo, tiveram um trabalho adicional, que foi o de ultrapassar as más experiências com os seus professores. Julgo que uma das primeiras reações é a de lhes esquecerem os nomes. Pelo contrário, eu lembro-me dos nomes de 99% dos professores todos que tive, desde o ensino elementar ao pós-doutoramento. Na verdade, lembro-me dos nomes daqueles de que gostei e dos nomes daqueles de que não gostei. Mas gostei de uma esmagadora maioria. Tive muita sorte. Mas isso são outros contos...

Chie Hirose

Professor Paulo, dentro desta viagem à sua infância e adolescência, quer contar-nos alguns episódios curiosos, que possam antecipar o adulto já?

Paulo Ferreira da Cunha

Talvez por influência familiar, desde logo, e imediatamente dos meus Pais e Avó paterna (ao meu Avô materno quase não conheci, faleceu quando eu era muito pequeno, e o meu Avô paterno quando eu tinha uns 8 anos, por isso me influenciou sobretudo nas Artes, e numa alegria de viver que o fazia sair cedo para saudar o sol, e todas as noites, dar um passeio, ou ir a um cinema, com a minha Avó), sempre tive um agudíssimo sentimento de divisão das coisas entre corretas, erradas e neutras. Esse talvez intrínseco sentimento de Ética e Justiça, levou-me muitas vezes a arbitrar querelas entre colegas, na Escola, até porque eles sabiam que eu contra mim julgaria, se preciso fosse... Estou a dizer isto com o coração aberto, não o deveria certamente fazer. Mas é a verdade. Desde muito cedo, me treinei a distinguir o valor das ações, próprias e alheias. E em geral, quando, raramente, era castigado, era o primeiro a ir cumprir a penitência, porque sabia que tinha feito mal. A sensação de sofrer injustiça virá mais tarde: e essa não é agradável, embora, como creio dizia Platão, seja melhor sofrer injustiça do que cometê-la.

Minha Avó materna, senhora muito religiosa, católica, com grande inteligência e muito conhecedora de História, da Bíblia e de estórias profanas populares, tinha talvez o que se pode chamar uma consciência escrupulosa, ou quase. Era a bondade em pessoa. Nunca a ouvi dizer mal de ninguém – o que naqueles tempos era raro (e hoje também). Muito doente, creio que vivia sempre em busca da Graça. Criou muitos filhos e cuidou do marido, que esteve acamado uma dúzia de

anos. Embora convivêssemos menos diretamente, talvez tenha sido por influência dessa mentalidade que se passaram comigo alguns episódios que revelam cautela exagerada, e até um pouco tonta...

Vão os dois no mesmo sentido.

Um dia, estando eu a frequentar a escola elementar, episodicamente, em Lisboa, é-me feita uma pergunta que implicava saber o que era “telefonía”, nome dado na capital ao que chamávamos, no Porto, “rádio”, ou “aparelho de rádio”. Escrupuloso na minha fidelidade à forma de falar da minha terra, recusei-me a entender o que fosse essa tal “telefonía”, que me parecia um nome demasiado próximo de “telefone”, e acabei por levar um par de reguadas nas mãos, pela ignorância. Embora eu bem soubesse o significado da palavra.

Coisa semelhante ocorreria no Ciclo Preparatório do Ensino Secundário, com uns 10 anos. Na aula de Francês, perguntam algo que implicava saber como se dizia, nessa língua, bater à porta. Meu Pai era um francófilo de coração, eu próprio tinha aprendido de cor (e apenas pelo som – sem saber o significado das palavras) a *Marselhesa*, antes mesmo de aprender a ler, só de a ouvir. Ao cantar a Marselhesa, meu Pai teria também uma razão adicional: meu Avô fora preso pela polícia política no tempo da ditadura por ter comprado um disco em que uma das faces tinha, precisamente, esse hino. Acusação: “propaganda subversiva por música”. Pois bem. Eu sabia muito bem como dizer “bater à porta” em francês. Mas, como não me tinha sido jamais ensinado tal vocabulário, entendi que a maneira correta de responder era fingir que ignorava. E fazia-o também em suposta solidariedade para com os meus colegas, que também, achava eu, não tinham obrigação de saber o que (segundo a minha memória) lhes não houvera sido ensinado.

Evidentemente, uma das coisas que a vida vai ensinando é a matizar, e a ser mais transigente, subtil, tolerante. O bom é que da consciência rigorista se não passe, depois de ter visto tanta loucura, a uma consciência laxista ou cauterizada. Creio que é esse o segredo de uma boa conduta ética: a virtude no meio termo, como já o Estagirita desenvolveu. Afastarmo-nos dos exageros. O problema é que, aparentemente, mesmo o mais rematado bandido, muitas vezes, acha que é um moderado, e que, “não sendo santo” (como isso parece ser um salvo-conduto para todas as vilanias!), não é mau de todo, é até uma pessoa honesta. Em mais de um caso se ouve, em tribunal, que se é, por exemplo, “ladrão”, *mas se é honesto...*

Já agora, recordo ainda mais uma peripécia, que indica já uma forma de agir, que só foi quebrada, na idade adulta, uma vez (e curiosamente com bom resultado). Em criança, tinha dois amigos (irmão e irmã), mais velhos, com quem costumava trocar livros. Um dia, não me lembro ao certo, quebraram o nosso acordo. Não sei se demoraram muito propositadamente a devolver os meus livros. Ou se tentaram irritar-me, dizendo que mos não devolveriam. O certo é que eu, que sou bastante condescendente (até à *página 2*), não gostei da brincadeira, e pura e simplesmente cortei relações com eles. Não me aconteceu muito ao longo da vida chegar a essa sanção radical. Mas já tive que a usar. E não pensem que bons ofícios de terceiros, amigos comuns, conseguiram compor as coisas. Não. Apenas uma vez tal aconteceu, porque o intermediário era (e é) um amigo muito especial, e, “reaberto o processo”, concluí que a falta do condenado ao corte de relações era sobretudo um problema de estilo pessoal e de condicionalismo cultural. Eu não tinha levado em conta isso, na época. E hoje, temos de novo relações cordiais. Mas foi uma única vez... Há pessoas com que, mesmo que possam ter sido muito minhas amigas, se ultrapassam alguns limites, corto. Também tenho traços de carácter menos simpáticos, para compor o quadro, não é? Este pode ser um deles...

Vai longa a resposta. Mais estórias verdadeiras, matizadas, encontram-se precisamente nesse livro, *Tributo a César*.

Chie Hirose

Ficamos muito curiosos por saber mais acerca dos andaimos autobiográficos desse livro. Não seria possível desenvolver um pouco, sobre o que é e o que não é de inspiração pessoal em *Tributo a César*?

Paulo Ferreira da Cunha

Vou buscar o livro, porque assim de cor seria difícil. Ora vejamos...

A Biblioteca é uma evocação de uma estória que o meu saudoso amigo Mário Bigotte Chorão me confessou gostaria de ter escrito, mas apenas num ponto (a minha ficção alargou o tema e a trama): sobre a dissociação, por morte e leilão, de dois livros (presume-se que dois livros entre si amigos) de uma biblioteca. Nele também pairam medos coletivos dos intelectuais, nomeadamente do desrespeito (ou displicências) das respetivas viúvas pelo seu acervo bibliográfico pessoal. É também um jogo com a questão, complexa e ambivalente, do discipulato. Não é verdadeiramente autobiográfico, na verdade. Tem pontes com o real e o vivido, ainda que por vezes por interposta pessoa, naturalmente.

O protagonista de *A Tese* é muito o contrário de mim. Ele é um ser natural, uno, coerente, mesmo quando isso o leva um pouco ao absurdo. Eu sou um produto culturalizado, complexo, ponderado, desconfiando muito da razão linear, e usando muito a tentativa de ver claro (portanto, racionalmente), mas também intuitivamente.

Na medida em que cada vez mais me esqueço e perco coisas, sou o *Perdedor* do livro. Certamente porque tenho a cabeça noutros assuntos, que acho mais importantes... Também se sou ganhador ou perdedor na vida, depende muito do ponto de vista, e de quão fundo se analisa o que é ganhar ou perder uma vida. Contudo, como com o imperador Augusto (e outros), só no final se poderá deplorar ou aplaudir... E esperemos que esse fim esteja longe ainda.

A estória do *Frequentador* é quase real. Passou-se, *mutatis mutandis*, com o meu Pai e um grande professor, homem desses que vemos só pela sua profissão, inteiriço. Obviamente, há ademanos decorativos de pura imaginação.

Da estória da *Executante* há reminiscência de algumas mulheres, mais ou menos fatais, e sobretudo de um pianista (sim, “um”) que me impressionou por razões a ele completamente alheias. Foi esse pianista que estranhamente me levou a toda a trama, por vias insondáveis. É um texto em que me atrevo escrever numa certa interpretação, muito pessoal, do português do Brasil – que deve ter ficado uma *salada russa*, porque nunca conseguimos captar as subtilezas da fala de um lugar em que não nascemos e crescemos. Foi, contudo, uma tentativa de captar a cor do local em que estava a escrever.

Dos *Hieróglifos* já falámos...

A Belinha do texto *Jornalista* (tal como ocorre com a Bovary para Flaubert), *sou eu*. Já recebi advertências várias, ao longo da vida, relativamente ao que escrevo. Quase ameaças, talvez (faço por não entender certas coisas). Não sei se tive represálias concretas e veladas. Talvez. Mas ainda estou vivo, e continuo, nos estritos limites,

agora do comedimento que se impõe pelo cargo que exerço, a dizer o que vou pensando.

A troca de cabeças d'*O Conferencista* nunca me aconteceu cabalmente, mas já me ocorreram situações de confusão pessoal – como quando um grande filósofo alemão, com quem me correspondi, pensou que eu seria filho de mim próprio, quando me encontrou pessoalmente (julgava que o seu correspondente seria meu pai). E essa frase fatal “você sabe com quem está falando?”, glosada já por Clarisse Lispector, é para mim uma pedra de toque. Há gente demais que não se enxerga, pensando que tudo pode, por ter um *status* qualquer, aparentemente importante. Mas, também há um burocratazinho que julga que manda em todos e pode a todos espezinhar pelo poder do seu carimbo, ou controlo da catraca. A esses, confesso, dá um especial prazer ver quem puxe da “carteirada”. Mas não é esse o tema do conto... É, porém, um traço meu muito marcante: não aguento a vaidade, e acho ridiculíssima a prepotência, a prosápia, ou pose de pessoas ínfimas, nulas, intelectual e moralmente, que se apresentam cada vez mais ou como modelos a todos (v.g. nos *media*), ou como detentores dos pequenos (mas grandes) poderzinhos fáticos (no quotidiano).

Fotografia a preto-e-branco é totalmente autobiográfico. Sempre gostei de homilias. Já fiz uma, aliás... com devida autorização eclesial, ao que creio. Mas cultos longos e ritualismos pesados sempre me enfadaram. Desmaiei na missa umas duas ou três vezes em criança, aparentemente por quebra de açúcar – mas seria só? Gosto das Igrejas românicas isoladas, e da sombra vetusta que projetam. Viceja uma relvinha amena por ali, e sente-se nesse *extra muros* uma espiritualidade especial. Como se a Divindade viesse passear para fora, enquanto lá dentro a *ecclesia* A celebra. Gostei muito do livro *Um Deus passeando pela brisa da tarde*.



PFC talvez no casamento da sua Prima e Madrinha Ivone

Em o *Juiz e o Ouro* há muitos elementos autobiográficos. Desde logo, o meu gosto por soldadinhos, não de chumbo, mas de plástico, quando era criança. Na verdade, era uma segunda escolha. Eu gostaria era de brincar com figuras civis, não armadas. Mas havia pouquíssimas, e mais caras, então, no mercado. Por isso, depois gostei das figuras de Lego, embora muito menos realistas, o que intimamente me desiludia. Também a desilusão com o mealheiro é real: julgava que tinha, ao longo dos anos, entesourado muito, e afinal não era nada de especial. Não sei se foi aí que comecei a compreender o que era a inflação.

“*Sou Ladrão mas sou honesto*” funde, amalgama, algumas estórias forenses ouvidas aqui e acolá. Mas a expressão, que também não será muito original, ia jurar que a ouvi em tribunal pelo menos num caso que defendi officiosamente, ou estava presente então. Impressionou-me a altivez do acusado. Que sinceramente julgava ter uma ética, um brio profissional – que nada têm, contudo, a ver com a moral corrente, nem com os critérios da lei.

A *Cátedra de Salomão* é uma dessas fantasias de realidade, ou ultra realidade, paralela.

Em *Saphyra* apenas está o peso insuportável de ver os professores universitários de hoje serem sugados, sem fim nem propósito, por uma máquina infernal, que de nada serve aos estudantes, e a todos (cada um a seu modo) aniquila: na liberdade, na criatividade, na saúde, na vida.

Sábios e Raposas denota a minha admiração (de um tipo diferente – e dizer “admiração” pode causar mal-entendidos) por uns e por outros. Conheci alguns. O problema que se coloca é a possibilidade, hoje, de sobrevivência dos primeiros, num mundo cada vez mais barbarizado, com povos que poderes, cada vez mais populistas, querem manter na mais pura ignorância. Há uma questão ética para os segundos: terão como justificação para os seus atos a própria sobrevivência?.. Há, porém, nestes temas, angústias permanentes. E há, no meu caso, limites éticos invencíveis.

Decorum tem ecos de um sistema de normas em que fui educado na infância, interditos (ou comandos) do mais diverso género, mas que tiveram, no caricato de algumas das suas prescrições (alguns tabus alimentares, por exemplo), uma função pedagógica de educar para o cumprimento de regras em geral. Acaba por ser a grande lição do *fruto proibido* do Génesis, sem especiais conotações. Coisa que hoje não parece existir muito com largas camadas de crianças e jovens. A ideia de decoro, hoje, praticamente se perdeu. Pelo contrário há, em muitos meios de comunicação e mesmo em formas que se dizem “arte”, um sistemático procurar por algo que consiga chocar. E como já “tudo é permitido”, em certos níveis, torna-se cada vez mais banal o pseudo chocante... Conclusão: nada choca mais.

O Grito da bruxa também aconteceu comigo. Sempre tive vistas ambivalentes sobre bruxas. Gostava da inteligente e bela (de uma beleza fria, glacial) Malévola, bruxa da *Bela Adormecida* (a princesa Aurora). Achava boba a Madame Min, e não me desagradava a Maga Patalógica, sobretudo quando se penteava ao espelho, no seu vestido negro. As demais passaram-me despercebidas. Nunca tive verdadeiramente medo de bruxas, porque no fundo sabia que eram mistificações. A dúvida, porém, persiste: será que há, uma em mil, feiticeiras reais? Isso leva para o domínio da magia. Recentemente, escrevi um artigo sobre os perigos das práticas ocultas para a democracia. Esta está desarmada, não digo face a poderes especiais, mas simplesmente face à sugestão e ao hipnotismo de massas crédulas, e ávidas de soluções simples e cabais.

Em os *Veladores* há um propositado sincretismo que deseja criar um clima enigmático. A Igreja dita de Nossa Senhora Veladora é um lugar que algumas vezes

vi, de longe (obviamente não tem esse nome na vida real), e até já pinteí, mas em que nunca ousei entrar, nem sequer aproximar-me. Dizem que há rituais estranhos, fora ou dentro... Precisamente por isso, quis marcar que ela mesma, independentemente dos rumores e dos boatos, continuava imaculada e ortodoxa, velando. Tal como os inventados veladores da estória... Contra ela e eles não atentariam as profanações. É, aliás, um tema que me é recorrente: muitas instituições, muitos projetos, ao longo da vida, tenho visto serem maculados por maçãs podres. Contudo, espera-se que algo resista a essas infiltrações, invasões, deturpações... Por vezes, não tão poucas assim, tive se renunciar a certos projetos, por me incomodarem mudanças de rumo, ou vizinhanças incómodas (por exemplo, muito correntes em projetos políticos).

No Divã. A estória dos bigodes não foi exatamente assim, mas ocorreu algo semelhante. Sempre temi as *gaffes*. Normais em quem tem uma certa autoconfiança verbal e não quer dissimular nada. Já dei comigo a rematar uma frase de forma a não dizer o que tinha pensado antes, para não resvalar para a *gaffe*. Em Portugal, as pessoas são híper suscetíveis. Levam tudo muito a sério, a peito, e como se fosse ofensa pessoal. Por isso, é precisa grande diplomacia. Outro tema: as férias. As férias grandes (de junho a outubro – que regalo, que saudade!) eram um tempo importantíssimo na minha infância. De grande crescimento, de grande socialização, de grande convívio familiar.

Táxis. Desde que uso Uber, já não vejo taxistas assim. E nem todos são assim, claro. O da estória sintetiza um tipo-ideal, que se desmultiplicou em muitos taxistas concretos, ao longo dos anos. Pessoa inconformada, mas não inconformista, raivosa com a vida, de poucas letras e pouca reflexão, pasto úbere para políticos populistas. É cansativo lidar com estas pessoas que têm sempre a verdade no bolso.

Inconfidências – Sim, acho de muito mau gosto, ainda que seja na melhor das intenções, que se publiquem no *Facebook*, *Instagram*, ou o que seja, as dedicatórias que recebemos – que são pessoais. Salvo com expressa cumplicidade e assentimento do autor.

Tributo a César – o ficcionado César arrumador de carros é um senhorzinho de que não sei o nome, e sempre de mim reclama tributo, numa praça conhecida da minha cidade, mesmo quando vou de Uber ou táxi e não há nada a arrumar ou estacionar. É um simpático aborrecido, tirânico no seu salamaleque. Um imperador dos tempos modernos.

A estória dos *Magarefes*, um pouco romanceada, é um dos grandes mitos de um dos costados da minha família. Creio que é mesmo um trauma coletivo... Não, já deve estar a ser perdida. Os mais novos (com exceção dos meus filhos) nem dela devem ter sequer ouvido falar. Estarei a presumir demais? Ainda vou tentar averiguar...

Soneto Inglês – Deixar as últimas vontades, escrever o próprio epitáfio, já me ocorreu. Fazê-lo, já o fiz uma vez, antes de uma operação, discretamente, tão discretamente que não encontrariam o documento particular de forma fácil. Como correu bem, não voltei a fazer, mesmo tendo sido operado de novo. É preciso ser muito voluntarista e ter menos timidez para deixar de sua justiça vontades para depois da morte. Porém, aproveito aqui o ensejo: preferia ser cremado, e antes disso, que vejam bem se estou mesmo morto. Era vontade de um Avô meu, que creio não foi satisfeita. Sinceramente renovo o pedido. Há coisas que passam de geração em geração.

O Cavaleiro Andante – É uma alegoria em que latejam algumas preocupações. Por exemplo, a da possibilidade. Por que seguimos este caminho e não aquele? Como se bifurcam as vias, e se não pode recuar? Ou poderá?

O Mestre – O modelo real Sr. Galgo existiu, evidentemente. Dessas pessoas que se gosta, não porque se admirem ou estimem, mas porque são motivo seguro para a criação de uma personagem literária. Tudo se lhes perdoa na vida real, em nome do filão ficcional... Não era, evidentemente, como o pintei. Mas, anos mais tarde, vim a saber que lhe terei adivinhado alguns traços. Perante pessoas como o Sr. Galgo, sempre mantive uma prudente distância. Perante pessoas como a viúva de Raul, rezo a todos os santos que nunca se cruzem comigo. Os Galgos são versões primitivas, ainda assim contornáveis... Mas outros...

Evidentemente, haveria mais traços autobiográficos, principalmente no meu livro de contos *E foram muito felizes*, nos de poesia, etc. Deixo, porém, esse desvendamento aos exegetas. Este foi um primeiro desbravar de algum caminho. Uffa, falei muito nesta pergunta... Mas eu tinha avisado...

Chie Hirose

Professor Paulo, é sabido que a interação familiar é determinante para a vocação e a vida adulta. Haverá alguma lembrança dos tempos de infância, nomeadamente com sua Irmã, que tenha tido importância mais tarde?

Paulo Ferreira da Cunha

Minha Irmã sempre me acompanhou muito nas minhas brincadeiras, embora sendo um tanto mais nova que eu. Fazíamos grandes construções de Lego e encenávamos guerras e revoluções (curiosamente também revoluções – como a Revolução Francesa), ou a guerra de independência dos EUA, com bonecos miniatura, sobretudo da *Timpo toys*.

Também nós mesmos encenávamos teatros (sem público, só para nós). Numa das estórias (com argumento variável e na hora improvisado) recorrentes – e éramos então muito pequenos –, encarnávamos dois professores universitários. Ela tinha uma malinha de brincar cheia de adesivos (autocolantes) de vários países, porque éramos professores, já na época, muito requisitados pelo mundo fora. Talvez essa estória seja um símbolo do que nos aconteceu depois. Minha Irmã tornou-se professora de Direito Penal. E eu, como bem sabe, fui Professor durante muito tempo, estando agora como juiz, precisamente na secção penal...

Também houve uma fase, dos “Estudos e Esboços”, uma espécie de série de ensaios e desenhos em que colaborávamos – tudo manuscrito, claro. Era sobretudo em férias. Escrevíamos textos e desenhávamos, em cadernos conjuntos, que depois mostrávamos aos nossos pais. Infelizmente, tal como os álbuns de estórias às tirinhas (banda desenhada), tudo isso se perdeu. Seria para mim uma enorme alegria se, por um milagre qualquer, pudesse rever esses livros.

A personalidade simpática, argumentativa, tolerante, e de uma inteligência certa da minha Irmã (inteligência e argumentatividade imbatíveis, se tivesse enveredado por outros caminhos, por exemplo, pelo Foro – assim lho recomendava, no livro de curso, um colega médico: “exerce advocacia, em família ou criminal”) sempre foram um grande estímulo para mim.

Infelizmente, a vida não nos permite contactar muito. E, caso curioso, mas a registar: tal como ocorre, aliás, com o meu filho mais velho, que é licenciado, mestre e doutor em Direito, e também chegou a lecionar na área, não falo nunca de coisas jurídicas com a minha Irmã. Apenas lhe dediquei o meu primeiro livro, que foi sobre Direito Administrativo. Acho isso uma dieta saudável. E há muitos mais assuntos para falar quando nos encontramos... Um detalhe: acho que o meu filho mais novo terá ficado surpreendido ao ver-me falar uma vez de Direito num almoço, provocado por terceiros. E um e outro se surpreenderam e me aplaudiram quando (eram ambos pequenos), num hotel, tive que invocar o Direito contra uma qualquer irregularidade de alguma gravidade que, imediatamente, assim consegui prevenir.

Chie Hirose

Que leituras e histórias mais marcaram a infância do Nuninho?

Paulo Ferreira da Cunha

Gostei muito dessa pergunta; é muito interessante, tenho que confessar. Nunca pensei muito nisso. Portanto, vai ser mesmo de improviso que vou responder.

Pressupondo que o Nuninho seja eu, responderei, mas não consigo isolar apenas a infância. Permita-me que me aventure um pouco mais além...

As longas conversas, sobretudo com meu Pai (passeávamos muito, peripaticamente, conversando – e no final íamos a um café beber a bebida da moda da altura, isto com os meus 15 anos, a 7Up – na altura não havia fundamentalismos dietéticos) abriram-me muitos horizontes, desde pequeno.

Sei de cor o enredo da Guerra de Troia, por exemplo, numa versão que ele recitava. Também um dia consegui gravar uma panorâmica da história da Psicologia... é a única gravação que dele guardo. Não sei como, nem de que fonte, dizia em grego que a Educação é mais importante que as Leis: *Paideia telion ton Nomon*. E como isso é uma lição de vida! Foram inúmeras as estórias que aprendi nesse convívio oral. Muitas da mitologia clássica, muitas de cultura francesa (sobretudo dos sécs. XVIII e XIX), algum Shakespeare e Goethe, e ainda uma espécie de curso de Latim “língua viva”... A cada passo, saía-lhe uma citação ou um brocardo, que fui integrando facilmente no meu vocabulário.

Com a minha Mãe eram mais estórias da Bíblia (que ainda hoje, com 89 anos, revisita a cada passo), quer do Novo quer do Velho Testamento, uma ou outra estória tradicional com fundo moral, ladainhas e algumas estórias para crianças, que também é preciso ter essa formação. Embora, boa parte dos contos tradicionais, hoje considerados infanto-juvenis, não tivessem sido originalmente concebidos para esse público, como se sabe.

Quando eu não sabia ler, lia-me minha Mãe várias estórias. Recordo uma em que havia mesmo um poema, que ela musicou para mim, sobre as figuras de Walt Disney, Minnie e Mickey... Tenho uma vaga ideia... Da música, lembro-me muito bem.

E eram também os contos tradicionais, que eram acompanhados pelos filmes da Disney, e que, vistos muitos anos depois com os meus filhos, confirmei serem

obras-primas: *A Bela Adormecida* e *A Espada era a Lei* (sobre a ascensão do Rei Artur, da Távola Redonda), sem dúvida os melhores. E ainda *Branca de Neve* (com o importante espelho), e o divertidíssimo *Fantasia* (com o *Aprendiz de feitiçeiro*), ou o filme em que Zé Carioca pergunta ao Pato Donald se ele “já foi à Bahia”. Nesse filme, a canção *Los 3 Caballeros* ainda hoje marca a minha imagem da música tradicional mexicana.

Ela ainda se recorda da peripécia que ocorreu com o *Gato das Botas Altas*, essa lida num clássico livro de papel ilustrado e colorido, que (digo-o por curiosidade e porque o li não vai há muito) recentemente conheceu uma nova versão (não muito simpática para o gato) de um autor francófono de origem árabe. Como sabemos, hoje a luta pelas versões nos contos tradicionais é mais um terreno em que se exerce a grande guerra ideológica da contemporaneidade, com o aguerrido politicamente correto, expressão que temos que usar, à falta de melhor...

Pois ocorreu, num dado momento da minha infância, que depois de ela me ter lido, repetidamente, a meu pedido, sempre ao deitar, a saga do gato ladino, uma bela noite fui eu quem lha contei, palavra por palavra, porque insensivelmente a tinha decorado.

Mas há muito mais a recordar, agora que abri o baú.

As minhas primas liam livros da *Anita* (que hoje dão preciosidades de capas / memes?), os meus primos mais distantes, estórias de *cowboys* em quadrinhos ou tirinhas. Num plano um pouco mais interessante, havia os fãs das coleções dos 5 e dos 7 – que li um pouco, mas não deixou em mim grandes marcas. Obviamente, toda a gente nessa altura leu e muito se divertiu com o *Mickey*, o *Pato Donald*, o *Zé Carioca*, e o *Almanaque Tio Patinhas* (o mais volumoso e mais caro – na altura, 10 escudos, o que nem sei quanto é em cêntimos de Euro), que chegavam aqui em tradução em português do Brasil (foi assim que tomei contacto com os escoteiros mirins – escoteiros com “o” – aqui é com “u” –, e com expressões que aqui não havia, como “ver com quantos paus se faz uma canoa”), da editora Abril (cultural).

Havia uma coleção em formato relativamente pequeno, com *gibis* interessantes, creio que era uma segunda série da coleção “Falcão”. No início, eram só *westerns* sem interesse para mim, mas depois o desenho suavizou-se e a intriga começou a versar sobre outro tipo de coisas. Eu costumava comprar e pedir emprestado (mediante uma pequena taxa) vários, num estabelecimento dirigido por um Dom Quixote sem idade. Era curioso, porque nesse tempo ele vendia e emprestava livros, e vendia ainda produtos de construção civil: daí lhe chamarem o “Caleiro” (vendedor de cal). Para os livros novos, no outro sentido da rua, havia uma livraria mais formal, com um livreiro mais intelectual (um dia, escrevi uma redação na escola sobre ele), e mais adiante, ao dobrar da esquina, uma papelaria que também tinha livros – em que o dono dormia (literalmente) no estabelecimento, num quarto ao fundo. Era uma dedicação a tempo integral. Num destes três estabelecimentos estaria, certa e segura, a minha felicidade...

A mudança de idade e interesses obviamente se manifestou: quando saiu a revista *Tim Tim*, em que todas as semanas saiam em episódios os grandes álbuns da banda desenhada belga e francesa (recuperando o que havia ocorrido antes com o *Cavaleiro Andante*, que ainda li, precisamente graças ao referido “Caleiro”), passei a diminuir o consumo de revistas da Abril com as personagens de Disney. Até que deixei de as comprar.

Creio que foi no *Cavaleiro Andante* que tomei conhecimento das aventuras do Prof. Mortimer e do Capitão Blake, que ainda hoje leio – saiu há pouco mais um álbum (obviamente, o autor original, Edgar P. Jacobs, faleceu há uns tantos anos), com

uma estética muito diferente dos anteriores. Nesse domínio das estórias em tirinhas, os meus preferidos eram mesmo essa série, depois Astérix, e, mais lateralmente, Lucky Luke, Hum Pa Pa (um índio canadiano, ou canadense), etc. Não achava especial interesse em Michel Vaillant ou Bruno Brazil, assim como as bandas desenhadas de origem estadunidense, salvo um único: Batman. Pelo contrário, Corto Maltese tinha para mim algum encanto...

Num plano diferente, conheci mais tarde Sempé, a Mafalda, etc. sem esquecer, claro, a turma da Mônica. Mas isso tudo era outro campeonato, mais intelectual... e que ainda hoje se leem com muito deleite mental.

Afora este tipo de literatura (que também era grafismo), não sei até que idade não li romances a sério, nem mesmo muito novelas e contos...

O meu contacto com a literatura mais formal ocorreu cedo, porém, numa espécie de existência paralela como leitor, durante as férias de setembro em termas, em Caldelas, perto de Braga (julho e agosto eram férias de praia – que saudades!). Aí havia apenas uma livraria com um *stock* muito diferente do das do Porto. Comecei a encantar-me com estórias bem escritas, naturalmente para jovens, mas talvez num estilo um tanto clássico demais. Eram sobretudo contos fantásticos, na versão de uma editora de Braga, que infelizmente nunca mais vi à venda. Havia ainda um conjunto de livros de várias coleções da Livraria Civilização. Alguns eram adaptações, com parte em *gibi* e parte em texto corrido, de grandes clássicos juvenis, ou a tal adaptáveis, como a *História de duas Cidades*, acho que também *Ben-Hur*... Lembro-me que minha irmã tinha, dessa coleção, pelo menos, *Mulherzinhas*. Outros, eram grandes sagas de heróis estadunidenses: Lincoln, Washington, não sei se Benjamin Franklin, mas sem dúvida os índios Sitting Bull e Jerónimo, e os *cowboys* Buffalo Bill, David Crocket, Daniel Boone, Kit Carson, e alguns mais, que não eram nem uma coisa nem outra. Havia ainda livros de um outro tipo, como, de Arthur Lambert da Fonseca, *Artur, rei da Bretanha e os Cavaleiros da Távola Redonda*, que saiu no ano a seguir a eu ter nascido, obras de Elaine Sanceau, sobre Descobrimientos, personagens da História de Portugal, etc.

A grande janela da editorial Verbo abriu-me belos horizontes, nesse tempo. Desconfio (obviamente não tenho a certeza) que o meu futuro amigo João Bigotte Chorão terá sido responsável por algumas dessas publicações, sobretudo as excelentes enciclopédias. Desde logo, a *Verbo Juvenil*, em 12 volumes (que viria depois a ter outra versão, que já não li), a *História Universal* (de que gostei muito mais que da *História de Portugal*, em 2 vols.), creio que em 10 vols., o *Mundo em que vivemos* (Geografia, em 8 vols.) a *História da Arte em Portugal*, em 2 vols., mais tarde, e múltiplas coleções. Ao completar 10 anos, creio eu, fiz cirurgia às amígdalas e às adenoides, e recebi como presente de aniversário o I volume da monumental *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, seguindo-se em várias ocasiões os demais. A minha relação com essa belíssima obra (embora discutível, obviamente, em alguns artigos: como não o seria?), até pela conceção gráfica (um modelo de refinamento e conforto até) é interessante. Viria a ser convidado, anos mais tarde, para o volume final, temático, para redigir um artigo de fundo em que fiz (custou-me umas férias grandes) o balanço das tendências do Direito. Recolhi-o, salvo erro, mais tarde no livro *Amor Iuris*. E depois, veio a *Enciclopédia Verbo do Século XXI*, sucedendo à primeira. Mais dinâmica, mas, quanto a mim, não tão bonita. Nessa já fui colaborador regular, tendo escrito artigos que muito me agradaram, na área da Filosofia do Direito, Direito Comparado, Fontes de Direito, e artigos como Globalização e Fundamentalismo... que não reli, para não ver quão desatualizados devem estar. Tenho também o gosto de estar presente com um verbete sobre mim, escrito por um excelente autor. Ainda era então professor na Escola de Direito da Universidade do

Minho (de que fui um dos fundadores, o único que lá não permaneceu, mas com as melhores relações com a Casa). Já lá vão muitos anos...

Muito mais haveria a acrescentar. Digo mais uma nota sobre a biblioteca da minha casa (a Casa Amarela familiar, que infelizmente foi vendida). Ela era um acervo estratificado que pertencia, ou havia pertencido, a várias pessoas... Avultavam os livros do meu Pai, mas havia livros de todos os demais membros da Família, e alguns antigos, de primos e tios afastados... Era uma biblioteca esparsa pela casa, em que ao núcleo essencial – constituído por pilhas de livros à vista, fazendo pirâmides em mesas – se juntavam várias estantes e armários. Havia, pois, livros nas salas que foram sendo alocadas a escritório, sucessivamente ou talvez até simultaneamente, e algumas outras em demais dependências, sobressaindo um enorme móvel que ocupava a parede de todo um corredor no último piso. Nele havia, por exemplo, clássicos oitocentistas em francês. Existia também uma “passagem secreta” muito ampla, em que jaziam, em baús, além de romances, sobretudo franceses, revistas como a *Constellations* e afins. No andar superior, nova passagem, por cima de uma escadaria, tinha mesmo estantes com livros antigos. Até no dissimulado lugar dos contadores de eletricidade parece que havia livros.

Eu gozava de grande (excessiva?) liberdade. E um dia passei a tarde a encapar com papel de lustro colorido umas dezenas de livros antigos que me pareceram precisarem de cara nova. Não foi a pior das minhas maldades ao património cultural familiar...

De entre essa multidão de livros acumulados por tanta gente, havia alguns que, por acaso, me terão seduzido mais. De entre os do meu Pai, recordo, não sendo nada livros infantis e juvenis, meia dúzia apenas: vai-se lá entender as razões. Deve ter sido o puro acaso. São livros que folheei apenas na altura, e só li mais tarde. Antes de mais, os livros de *História*, desde a de *Portugal*, dita de Barcelos, dirigida por Damião Peres, às Histórias universais de Fins do Lago, e Maria Luísa Guerra e Fernanda Espinosa. Obviamente, ainda, o *Dicionário de História de Portugal*, de Joel Serrão (4 vols.). Sem esquecer a *História de Portugal* de Ernâni Rosas (que ele tinha, certamente oferecida pelo autor, que era amigo da Família, em dois exemplares com cores diferentes nas ilustrações – outra preciosidade que se perdeu e não encontrei nunca em sebos ou alfarrabistas). Depois, *A Filosofia como ciência de rigor*, de Husserl, que achei um título belíssimo, um livro sobre *Kant* de Kuelpe, traduzido em espanhol na editoral Labor, o *Discurso do Método*, de Descartes (cujo título completo também me impressionou desde criança – estávamos ainda muito longe dos manuais de autoajuda atuais), uma sebenta encadernada de introdução ao Direito (creio) de Fausto Gaito, a *Psicologia* de Kendler...

De entre os romances de meu pai, recordo, desde logo, *O Brave new world*, de Aldous Huxley, com uma capa que evocava o futuro, e que viria a ler mais tarde, com verdadeiro gosto, mas numa edição portuguesa, e *A Desobediência*, de Alberto Moravia, em francês. Este último, nunca me atrevi a abri-lo, e ambos desapareceram...

Não sei de quem eram os romances de Eça, de Camilo, de Júlio Diniz. Talvez de minha Mãe, pelo menos destes dois últimos? E não seria pelo vago parentesco com o Visconde de Correia Botelho. Mas, à parte a *Morgadinha dos Canaviais*, e um ou outro conto de Camilo mais leve, só os viria a ler mais tarde.

Meu Avô tinha livros interessantes de arte (até em Alemão), mas as referências orais dele que mais retenho são ladainhas, ou poemas, como, por exemplo, algumas sobre as guerras europeias, desde logo o *Estudante Alsaciano*, que ele sabia de cor e recitava. Sobretudo depois do falecimento de meu Avô, minha Avó materna tornou-se uma leitora voraz, devorando romances sobretudo quase à velocidade de um de dois em dois dias (pelo menos, essa era a minha percepção). Creio que leu quase na

integralidade, por exemplo, a coleção “Biblioteca Básica Verbo”, que, entre ficção e não ficção, chegou a 100 volumes. Li também vários dessa coleção, mas mais na juventude. No fundo, é uma amostra da grande literatura portuguesa e universal.

Havia também entrada diária em casa do jornal *O Primeiro de Janeiro*, de que eu viria a ser mais tarde colaborador semanal (com a coluna “M@ils do meu Moinho”, e em que o meu Avô havia colaborado com uma secção que tinha ilustrações suas. Só durante o período revolucionário comecei a comprar (com 14 anos) dois ou até três jornais por dia, e depois, ao fim de semana, os semanários. Sempre tive a nostalgia de poder ler um jornal diário calmo, isento, e com notícias não muito más. Infelizmente, esse jornal é realmente impossível nos tempos que correm. Embora haja alguns jornais, portugueses e estrangeiros, de que gosto. Colaboro ainda no *As Artes entre as Letras*, todos os meses. Mas compro jornais rarissimamente, agora. Até porque há a *Internet*, e os jornais nela. Pelo contrário, gosto de comprar e até de assinar revistas literárias, artísticas, filosóficas e até uma vez por outra de ciências duras.

O meu Padrasto, Fernando, contribuiu também muito para a minha formação. Conhecemo-nos num tempo diferente, em que eu estava mais amadurecido (17 anos). Por sua influência, li obras de Jules Moch, ou *O Drama de Jean Barrois*, o *Dicionário Crítico* de António José Saraiva, etc.. Minha Irmã, também por ele incentivada, leu *O Conde de Monte Cristo* (eu não teria tido fôlego). Poderia ter aproveitado mais da sua formação científica, mas a minha interdisciplinaridade tinha limites. Há ecos desse diálogo numas referências de Física, no II vol. do meu *Pensar o Direito*.

Significativa uma recordação: aos 10 anos, já eu perorava aos meus colegas de escola sobre a *Antígona* de Sófocles, que devo ter lido por essa altura. Mais tarde, o meu amigo Reinaldo de Carvalho, um grande autor e editor, deu-me oportunidade de escrever sobre várias outras Antígonas, numa obra monumental que editou. Aquela de que mais gosto, a par da que referi, é a de Jean Anouilh, sobretudo se encenada num ambiente da II Guerra Mundial.

Já agora, mais uma reminiscência: li de um fôlego a tradução do *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os Homens*, de Rousseau, editado por um amigo de meu Pai, o Dr. Arlindo de Magalhães, que lhe telefonara avisando-o, temendo que a censura viesse a apreender o livro. Como a obra, verifico agora, foi editada em 1964, não acredito que a tenha lido logo nessa altura, mas alguns anitos depois. Contudo, foi lida de um fôlego. Coisa que só me aconteceria, mais tarde, com outros dois livros, que me lembre: *Os Maias*, de Eça de Queiroz, e *A Montanha Mágica*, de Thomas Mann.

Não era, nem sou bibliófilo. Em minha casa, vindos da Casa Amarela, tenho uns *Lusíadas* antiquíssimos e o guião manuscrito encadernado de uma peça de teatro (quicá para adaptação ao cinema, no Brasil, onde meu bisavô foi um ignoto pioneiro da VII Arte), *Ângela, a Mártir*. Tenho dúvidas sobre a autoria, mas (estou um grande “perdedor”), não consigo encontrar o texto de momento. Começo a ficar preocupado. De qualquer forma, só pela sua existência e pelo título híper-dramático pôde ter influência (remota) em mim... Confesso que nunca passei da leitura das primeiras páginas.

Tenho que parar. Apercebo-me que grande parte da minha vida foram e são livros... Não me posso esquecer, porém, da música: meus avós eram todos melómanos, todos tocando violino e os meus avós paternos violino e também piano. Quando tive sarampo, e fiquei acamado, descobri duas coisas pela rádio: que era capaz de perfeitamente entender a língua castelhana, e que gostava sinceramente de Música Clássica. Ainda hoje, o meu rádio está alternadamente ligado nos canais RDP 2 (que a privilegia) e Smooth fm (Jazz, Soul, Blues e Bossa Nova). Mas não se pense que não gosto de outra música. Na verdade, sou dos que dividem a música, a literatura, todas

as artes, fundamentalmente, e acima de todos os géneros e estilos, em dois grupos: o que gosto e o que não gosto – para simplificar. Há um enredo interminável de polémicas vãs sobre a subjetividade e o gosto. *De gustibus et coloribus non disputandum*. E também não me venham dizer que os Direitos Humanos são etnocêntricos. Creio que não é por eu gostar dos Direitos Humanos autênticos que eles são um valor. É por serem valiosos em si que eu julgo fazer bem em a eles aderir... Assim também com as escolhas artísticas. Mas obviamente que não é fácil provar aos céticos e aos niilistas o valor do que quer que seja. Ao mesmo tempo que podem ser servos das piores credences, apresentam um ar superior e distanciado quanto aos fundamentos mais essenciais da Civilização *tout court*. O bom senso necessitaria de quem militantemente o defendesse. Infelizmente as pessoas de bom senso tendem a ser moderadas, calmas, mas também demasiado passivas, num *wait and see* muito perigoso...

Estava quase a imperdoavelmente esquecer-me de outro vetor na minha formação. Talvez pelo facto de hoje eu não ver praticamente televisão (vejo muito pouco, aliás, não tenho tempo...), escapava-se-me que na minha infância e adolescência vi alguma televisão e com muito proveito.

Destaco principalmente as tardes de filmes ao domingo, uma ou outra série de aventuras (*2 anos de férias*, por exemplo, algumas de ficção científica, e o imperdível *Twilight Zone*), os teatros (vi o *Frei Luís de Sousa*, *As Árvores morrem de pé*, *12 homens em fúria*, e tantos outros, representados por excelentes atores portugueses, que nem nomeio para não esquecer nenhum) e películas clássicas legendadas (não dobradas) em português. Sem esquecer o programa de António Lopes Ribeiro (acompanhado ao piano pelo maestro António Melo), *Museu do Cinema*. Algumas séries apreciava especialmente, como *Os Vingadores*, com Patrick Mcnee e Dianna Rigg, depois substituída por Linda Thorson. Mas culturalmente o que mais me marcou foram os programas de David Mourão-Ferreira (*Imagens da Poesia Europeia*, e outros), e sobretudo os de Vitorino Nemésio, *Se bem me lembro...* Este último, também, como o primeiro, professor de Letras, discorria livremente, primeiro numa poltrona britânica e depois de pé, à volta de uma mesa. Mais históricos, e depois histórico-geográficos se assim se pode dizer, eram os programas de José Hermano Saraiva, *O Tempo e a Alma* e muitos outros, com uma longevidade muito grande, pois viriam a ser continuados até depois da revolução dos cravos. Confesso que, sendo todos de muita qualidade, os que mais me seduziam eram a palavra livre e a livre associação de ideias de Vitorino Nemésio (aliás um autor invulgar: *Mau Tempo no Canal*, *Limite de Idade*, etc., mesmo a sua tese de doutoramento, *A Mocidade de Herculano*, que li de um trago) e os programas de poesia declamada e comentada pelo grande declamador e ator João Villaret, que, diabético, mas relutante a dietas e tratamentos, morreu precocemente, aos quarenta e tal anos. Há quem diga que é na sua forma de dizer que profundamente me inspiro quando tenho de dizer um poema. É possível que tenham razão, mas quem sou eu para o julgar?

Numa família de cinéfilos (e mais que isso), não poderia o Cinema faltar. Desde pequeno, pertenci a Cineclube do Porto, de que me lembro sobretudo de documentários informativos e científicos dobrados em português do Brasil. No Cinema grande sala, como não recordar a *Música no Coração*, os filmes de Astérix, nos primeiros tempos? Depois, passei a ver quase tudo... Antes do confinamento devido ao Coronavírus, era um grande cinéfilo. Por isso, quando, na Faculdade, havia colegas que tremiam de pavor perante a hipótese de um professor muito culto e cinéfilo inveterado, lhes colocar uma pergunta da VII Arte, confesso que não tinha qualquer receio. Esperava por isso. Um dia, disseram-me que houvera perguntado numa oral a diferença entre *2001 Odisseia no Espaço* e *Solaris*. Tive muita pena que a mim me tivesse perguntado, em vez disso, as formas de que se poderia revestir a

Posse. Era um professor com grande genialidade, magnífico orador, cuja fama ficou ensombrada por ser bastante exigente e parcimonioso nas classificações. Mas eu gostei muito da minha oral. Foi também o primeiro professor meu que me convidou para tomar um café no proverbial bar da Faculdade, onde havia uma mesa reservada aos docentes, em que pela primeira vez me sentei. Não era distinção para todos... Mas isso são contos para outras memórias.

Chie Hirose

A relação do Nuninho com a escrita evoca-me a aventura oriental do Portugal histórico e, parece-me, que PFC, também ele, realiza essa vocação cosmopolita de abertura aos Orientes e ao Mundo. Isso, além do mais, ajusa a compreender sua ligação de mais de 20 anos com o nosso Cemoroc, afinal um Centro também de Estudos Orientais... Quando começou o Nuninho a descobrir os Orientes em seus horizontes infantis?

Paulo Ferreira da Cunha

Mais uma pergunta fascinante, mas nada fácil.

O Ocidente, e em especial o Brasil, era para mim absolutamente familiar (porque meu Avô paterno era brasileiro, e no Brasil viveu, com os pais e irmãs, até creio que, pelo menos, depois de ter feito o serviço militar), e havia uma permanente evocação dessa outra Pátria. Por exemplo, o meu Avô recitava, frequentemente, *Minha terra tem palmeiras...* E tinha inventado um novo hino, luso-brasileiro, com música do hino brasileiro e letra do início dos *Lusíadas*, de Camões, que cantava ao piano (um velho Bluetner, armado em ferro).

Já o Oriente não tinha no meu imaginário um lugar tão familiar, mas mais distante, exótico.

Eu recordo ter-me impressionado a passagem de Camões, precisamente, “d’Africa as terras, d’Oriente os mares”, referindo a expansão portuguesa.

Há, contudo, uma questão muito curiosa, e mal-esclarecida. Há a possibilidade, pelo menos mítica, de alguma ascendência japonesa na Família materna: tenho tios-avós, e até um ou outro primo afastado, em que alguns reconhecem traços normalmente associados aos nipónicos. Senhoras que envelhecem sem encanecer os cabelos, olhos com enigmático alongamento, pele de uma alvura com um tom especial..

Não prestaria especial atenção a este facto se minha Mãe não repetisse, quando eu era criança, com alguma insistência, a beleza especial dos olhos alongados (que eu tinha...), desconfio que como uma forma de reforçar a minha autoestima, não fosse ser por isso discriminado na Escola. Devo dizer que só tarde terão reparado nos meus “lindos olhos”, e, portanto, passei, por esse facto, incólume a qualquer *bullying*. Meras suposições.

Mas o mais curioso ocorreu há uma meia dúzia de anos: numa foto para o RG português (o “cartão do cidadão”), apanharam-me em tal pose que o resultado dava uma mescla em que ressaltava o olhar “oriental”. Também os olhos rasgados se evidenciam ainda na foto recente, como autor deste mês de agosto da editora Almedina.



E para sublinhar a situação, precisamente no Brasil, ocorreria uma nova peripécia. Um grande amigo meu de São Paulo estava envolvido num novo projeto educativo universitário, em Brasília. Numa Universidade que ele iria fundar (acho que o projeto não foi ainda concretizado), lembraram-se de me honrar, absolutamente para além de toda a razoabilidade, colocando em lugar de honra um quadro representando-me. Por facilidade, o pintor contratado, que nunca me tinha visto, propôs-se pintar a partir de uma foto, que foi a que um fotógrafo profissional de grande competência de mim havia tirado para uma capa de uma edição do Jornal “Estado de Direito”, dirigido por Carmela Grüne. A foto é fidedigna, claro. Mas o quadro, curiosamente, acentua muito o meu lado oriental. Pela foto não se afirmaria, certamente, essa ascendência. Pelo retrato pintado, creio quase impossível não o observar. Mas é apenas uma interpretação.



De qualquer forma, o que interessa mais é o contacto cultural, intelectual e sentimental com o Oriente.

Quanto ao próximo Oriente, a minha ligação é muito antiga. Sempre fui fascinado pelas civilizações pré-clássicas. O Egito está geograficamente na África, mas para nós, na época, era Oriente. Toda a formação bíblica remetia para a região hebraica, e o facto de ter havido uma forte presença muçulmana na Península Ibérica (o célebre Al-Andaluz), desde, *grosso modo*, 711 a 1492, com traços culturais, linguísticos, culinários, etc., não me era desconhecido. Um poema, *O juramento do árabe*, de Gonçalves Crespo, impressionou-me muito pela retidão. “Baçus, mulher de Ali, pastora de camelas...” (assim começava).

No tocante ao Extremo Oriente, também sempre convivi bem com ele. Com alguma sedução. Taka Takata, o soldadinho de *gibi*, obviamente não era o símbolo do que eu creia ser o Oriente. Era apenas uma personagem simpática. Desde cedo, me

habituei a ver em Confúcio um grande sábio, e quando li, em jovem, *Sidharta*, de Hermann Hesse, creio ter compreendido melhor a Índia. Mas só me aproximei mais com *Um Bárbaro na Ásia*, de Henri Michaux. Na minha infância mais avançada, tomei conhecimento com a pintura japonesa e com o Haiku. Não cheguei ao refinamento de escrever um livro nesse gênero, como o fez o grande filósofo do Direito Francisco Puy, mas acho que são uma síntese da depuração, do bom gosto e da subtileza do Império do Sol Nascente.

Infelizmente, não consigo datar ao certo, nem dar mais concretos exemplos. Quando estive em Macau, não há muitos anos, fiz questão de tentar comprar algumas obras sobre caligrafia e pintura, e a sua relação com essas castas prestigiadíssimas de letrados, monges, intelectuais, a quem a banalização massificada não maculou. Conheci mais que um professor ocidental que rumaram para o Extremo Oriente, fartos do desinteresse e da sobranceria de alguns jovens ocidentais, que frequentam a Universidade não por vocação, mas porque toda a gente o faz, num certo nível social.



No aeroporto de Beijing, lendo um livro sobre Confúcio

Escrevi algo sobre assuntos orientais. Ainda na graduação, um estudo sobre a ética, o Islã e a justiça ocidental, mais tarde publicado algures, um artigo sobre sabedoria da Índia, para uma publicação do CEMOrOc, e fiz uma palestra em português sobre Confúcio e o Direito Natural, na Faculdade de Letras de Macau (na de Direito, falei em inglês sobre Direito Constitucional Internacional). Ao abrir o meu principal livro de *Filosofia do Direito* (da Almedina), há uma estória de um Mestre e de um discípulo orientais, que foi passada para um criativo teatro-ballet pela minha antiga Mestranda Dr.^a Ana Caldas.

Chie Hirose

Sabemos como o contexto político acaba influenciando muito a vida das crianças. Minha mãe, por exemplo, que nasceu no Japão em plena II Guerra, conta-nos da infância feliz, brincando com as irmãs junto à natureza, no interior onde a família tinha se refugiado. Provavelmente, os adultos que a cercavam construíram formas de apresentar-lhe o mundo, preservando os valores da família e filtrando os horrores da guerra (algo parecido com o que ocorre no filme “A vida é bela” de Roberto Benigni, no qual o lúdico é o grande protagonista). PFC nasceu em plena ditadura salazarista, como foi sua infância nesse ambiente? Com que idade começou a ter maior consciência do que significava esse regime e buscar as formas de se opor a ele?

Paulo Ferreira da Cunha

Tive muita sorte em ter nascido no momento em que nasci, no lugar em que nasci e na Família em que nasci. Quando penso nas possibilidades, creio que tive imensa sorte.

Nasci em 1959. O Estado Novo tinha surgido de uma revolta militar em 1926, institucionalizado por uma encenação constitucional plebiscitária em 1933; em 1968, começaria a breve e fruste “Primavera” em que o sucessor de Salazar, Marcello Caetano, tinha esboçado, reticente e sem êxito, alguma abertura do regime. Em 1974, eclodiria a revolução dos Cravos, tinha eu 14 anos, e já tinha decidido intimamente (sem o ter confessado a ninguém), em plena ditadura, que me “meteria na política” quando terminasse o Liceu, ou seja, dali a 3 anos. Por imperativo ético. A História apanhou-me, pois, com 3 anos de antecedência face aos meus projetos. O que teve custos: porque, por exemplo, na agitação do momento revolucionário, acabei por descurar os meus estudos de Alemão e de Grego Clássico.

Contudo, apesar desse contratempo linguístico, há muita gente que me acha poliglota... o que não é verdade.

Nasci, portanto, num momento claramente decadente do salazarismo, e pude assistir, embora muito criança, a este, ao marcelismo, e a todo o processo a partir da revolução democrática. Foi uma enorme e interessantíssima escola, uma experiência insubstituível, que não se aprende nos livros.

Além disso, o ter nascido no Porto deu-me um ponto de mira e um chão com raízes muito úteis. Segunda cidade do País, o Porto era, na altura, um bastião burguês de Liberdade. Sempre o tinha sido. Por isso, por exemplo, a ditadura lhe negava a criação de uma Faculdade de Direito. Foi preciso que viesse a revolução para que se autorizassem primeiro universidades não públicas e só depois a pública, onde fui o primeiro catedrático de Direito provido por concurso, aliás.

Ora, o cosmopolitismo da cidade, aliado às suas tradições veteroliberais (o que nada tem a ver com a moda do ultra-neo-liberalismo de há poucos anos) foi um pano de fundo muito útil para a minha formação. Claro que tudo isso me poderia ter passado ao largo, se não fosse o facto de o meu Avô brasileiro ter claras convicções democráticas, tendo-se envolvido na campanha contra a ditadura, apoiando o candidato a Presidente General Humberto Delgado (que viria a ser assassinado em Espanha, numa emboscada montada pela mesma polícia política que haveria de prender o meu Avô por “propaganda subversiva por música”). Embora ele nunca aludisse a esse episódio, enquanto viveu falava-se de política (em sentido lato, porque se falava também de cultura e um pouco de religião) a todas as grandes refeições do dia. Alguns dos meus tios do lado materno também começaram a aparecer (isto mesmo depois de ele ter morrido), puxando assuntos económico-políticos. Foi, por exemplo, com um deles, que era um excelente fotógrafo, que aprendi o que eram

“divisas” no sentido financeiro e não somente militar – que era o sentido que uma criança imediatamente apreendia. Embora não fosse visita regular de minha casa, um tio-avô, ligado aos negócios (com ele aprendi o que eram ações e obrigações) ainda vivo hoje, perto dos 100 anos, também era dado à política. Dediquei-lhe o meu livro *Para uma Ética Republicana*.

Meu Pai, embora se dissesse na Família que houvera sido prejudicado pelas conotações republicanas ou “reviralhistas” do meu Avô, e se constasse que recusara um convite para se “branquear” aderindo ao partido único do regime, o que obviamente recusou, não era, de modo nenhum, um militante. Era um intelectual, dado até mais à reflexão e à conversa que à escrita. Grande cinéfilo também. Lamento muito terem-se perdido os poucos inéditos que cheguei a ler, decerto nas andanças de mudanças de casa, ou nas arrumações de empregadas iletradas.

Mas não se pense que a minha infância respirava só política e oposição ao regime. O interessante nesse tempo, é que, ao mesmo tempo, uma criança e um adolescente (até aos 14 anos, no meu caso), conseguia perfeitamente integrar o desconcerto do mundo de um regime ditatorial, e, por outro lado (passe o paradoxo), seguir, à sua maneira, o lema do ditador, que era “viver habitualmente”. Nesses círculos burgueses de oposição democrática, republicanos, para mais na cidade do Porto, era-se de uma oposição sem ilusões quanto ao regime, mas que, entretanto, trabalhava operosamente, fazia a sua vida e, quando vinham as eleições, organizava à pressa listas para concorrer, e muitas vezes desistia, por falta de transparência e de condições de liberdade, após ter feito a propaganda que podia. Alguns, sim, conspiravam nos cafés. Não era, porém, o caso dos meus familiares. Nem nenhuma dessas conspirações resultou. Só mesmo o levantamento militar. Como eles sabiam.

Vivendo habitualmente, pude usufruir dos benefícios da discreta liberalização do regime, que passava pela tecnocracia, e ao ver as publicações, mais modernas, que começaram a ser permitidas (às vezes os critérios da censura pareciam absurdos, proibindo isto e permitindo aquilo), dir-se-ia que, uma vez por outra, quase se pressentia já que a alvorada de abril inevitavelmente viria.

Devo dizer que a política nunca foi uma verdadeira vocação em mim. Apanhou-me como um imperativo cívico de participação, em momentos em que me parecia demasiado comodismo e demissão não participar. Mas sempre preferi, e prefiro que *outros tratem do governo, do mundo e suas monarquias* (ou repúblicas), para glosar Luis de Gôngora. Embora haja sempre uma acusação que, a todos nós, os menos impelidos para a ação política como vocação, nos magoa e entristece (mas é verdade): o preço da nossa não participação é sempre o de podermos ter de, ao menos às vezes, suportar ser governados por quem não reconhecemos como competente, honesto, etc. Isso já o dizia o filósofo grego.

Acresce que, não sendo a minha Família rica, vi-me liberto das imensas ilusões que o excesso de bens cria; e não sendo pobre, também não constrangido pelas servidões e envilecimentos que, por vezes, os desprovidos precisam de sofrer para sobreviverem. Claro que das privações reais e os luxos verdadeiros só viria a ter indireta notícia (mas ainda assim arrepiantes) mais tarde. O próprio facto de ter dos ricos e dos pobres uma visão literária foi-me muito confortável, até eticamente. Porque ter tudo ou nada ter, poder comprar outros ou ser comprado por outros (para usar a fórmula de Rousseau) são meio caminho andado para o esquecimento da vera condição humana e dos deveres para conosco e para com a Sociedade.

Chie Hirose

O senhor nos conta em “Fotografia a preto-e-branco” (capítulo de “Tributo a César”) de suas experiências infantis (ou as do Nuninho...) com a palavra na religião:

As minhas delícias da palavra – e para mais na sua ligação a textos, previamente lidos – eram pois na Missa, a qual eu, no mais, para ser sincero, realmente detestava. Os rituais podem ser em si, em abstrato, muito interessantes e simbólicos, mas quando se arrastam, mesmo que revivamos o seu sentido profundo, cansam, com os anos. A mim cansavam, e eu era ainda tão pequeno... Efeitos da simples missa dominical.

Com o decorrer dos anos, eu sentia-me secreta e jamais conscientemente dividido entre a maçadoria atroz da repetição de fórmulas cujo sentido era para mim não totalmente estranho, mas excepcionalmente repetido – não sabia eu o valor da jaculatória ou dos mantras – e o fascínio pelos sermões, mesmo os maus sermões: pois houve uma época em que, sem jamais ter tido qualquer vocação sacerdotal (há até uma anedota familiar que recorda o meu repúdio pela hipótese), me deleitava em comentar com os meus botões – “Eu faria melhor!...”. “Como ele desaproveitou os textos!”

Pergunto: um dos grandes problemas do Brasil, tão propenso hoje a radicalismos religiosos, é o ensino religioso em um Estado laico? Tendo em conta sua experiência pessoal, quais são, a seu ver, os valores que um bom ensino de religião deve oferecer? E como fazê-lo?

Paulo Ferreira da Cunha

Tendo desde sempre convivido com crentes e menos crentes (como se dizia, “praticantes” e “não praticantes”) e mesmo descrentes (nos seus diversos graus e matizes), num país em que, apesar de tudo, e de alguns poucos extremismos pontuais, tem havido, sobretudo depois da revolução do 25 de abril de 1974, uma saudável liberdade e convivência no plano religioso (antes, por exemplo, lembro que o meu merceiro, testemunha de Jeová, temia muito a polícia política e reunia em segredo), vejo como muito possível essa meta de um país laico nas instituições e com várias religiões e (des)crenças convivendo na sociedade. E não é apenas em Portugal, proverbialmente dito país de “brandos costumes”, e mescla “mestiça” e irénica, que já Gilberto Freyre comentou no seu *Casa Grande e Senzala*. Mesmo em ambiente muçulmano, por exemplo, a síntese, pelo menos ao nível constitucional, foi possível. A Constituição da Tunísia é um primor de equilíbrio nas definições entre o legado religioso e a laicidade republicana. O problema é sempre a prática... E a prática depende das pessoas e das suas paixões.

Na verdade, o problema religioso não é um problema religioso, é um problema político.

Montesquieu explicou muito bem como é necessário, para que as várias denominações religiosas se não entredevorem, que o Estado seja neutral e árbitro, ainda que, como no Reino Unido, o soberano possa ser o chefe de uma Igreja. Muitas vezes não são os pormenores institucionais o mais importante, é a prática da convivência.

Facilmente vejo confluír a máxíma espiritualidade (resgatando em grupos religiosos o seu mais profundo sentido, que não é político, nem sequer assistencial, ou educativo, nem sequer mesmo moral(ista), mas religioso – de religação ao sagrado) com um Estado laico. Na medida em que as coisas de César e as coisas de Deus se devem separar – como é lição do Evangelho, e tão bem tem sido analisado pelo nosso Jean Lauand. Sobretudo, não se pode é deixar o terreno aberto à proliferação do fundamentalismo (de qualquer religião – que todas o podem ter). O fundamentalista é antissocial, no limite não o faz parar a própria Lei. Ele é, como bem sublinhou Gabriel Périissé, um ateu militante – que se quer substituir a Deus, culpando-o (por absurdo) de não ter feito o mundo perfeito, à imagem e semelhança dos dogmas e preconceitos do próprio fundamentalista. E já que Deus errou ou omitiu, a espada do fundamentalista iria consertar. É um perigo.

Com o teólogo católico belga Adolphe Geshé, nos seus belos ensaios reunidos em *O Paradoxo do Cristianismo*, revisei a tese de Grotius, para quem se pode até fazer uma *epochê* de Deus, para tornar a vida social melhor, mais suave, e, assim, melhor servir os Seus propósitos. Mesmo que Deus não existisse, ainda assim, haveria o Direito Natural – dissera o autor do *De iure bellum ac pacis*. Sê reto, comporta-te excelentemente em sociedade, não por temeres as penas do inferno (ou o seu “mármore”), ou futuras reencarnações tenebrosas, ou qualquer outro castigo, mas pelo valor em si da retidão e a sua importância social. E, entretanto, se tiveres sensibilidade para isso, re-liga-te aos níveis superiores da existência, busca o Absoluto. Mas essa busca não pode ser uma guerra armada contra os que preferirem outro caminho.

Por outro lado, poucas coisas há de mais deprimentes que o *do ut des* das negociatas com o divino, em que se compraria ou céu, ou, mais prosaicamente, a própria riqueza e bem estar na Terra. E há quem prospere prometendo este mundo e o outro, não é? Um dos grandes problemas de hoje são as seitas e os gurus de todo o tipo, que colonizam as mentes. Embora, evidentemente, se compreendam muito bem as manifestações da debilidade e da angústia humanas. Colocar Deus de algum modo entre parêntesis e agir de forma correta, desnublar o faiscar de interditos e maldições humanas, profundamente humanas, em nome de Deus, é, certamente, agir pelo melhor, sem idolatria e superstição. *Etsi Deus non daretur*. Mas, certamente, é muito racional e intelectual. Não foi por acaso que umas religiões, e não outras, uns políticos e não outros, durante a presente pandemia, seguiram as indicações das autoridades sanitárias internacionais, e, por exemplo, usaram desde logo máscara. Houve os que se acharam protegidos por Deus – e em muitos casos parece que Deus não os terá escutado... Porque Deus (quem somos nós para o dizer? mas atrevamo-nos), do mesmo modo que exclui a contradição, está fora do ilógico e do absurdo. E, por isso, quem verdadeiramente quer ser-Lhe agradável, não acredita que os anjos o salvarão se se atirar de uma torre ou de uma ponte. Essa é uma nova tentação do deserto, para os pretensamente fiéis. E, contudo, parece que há quem se salve pela sua mão, tendo caído involuntariamente... Mas uma coisa é a prece por uma graça, por exemplo numa situação de doença ou desespero e o conseqüente agradecimento, outra coisa, muito diferente, a presença num culto para que o Além traga riqueza, e só com esse intuito. Julgo que também as confissões religiosas deveriam educar os seus membros numa saudável relação com o divino. E em algumas há vias de profunda espiritualidade, noutras de densa intelectualidade, etc. É curioso como o mundo das religiões é, em geral, desconhecido de muitos intelectuais. Todavia, trata-se de um universo interessantíssimo, ainda que somente no plano cultural.

A educação deve ser laica, em geral. O que não quer dizer que não possa haver educação religiosa, a pedido, sobretudo quando confluírem as vontades dos encarregados de educação e as possibilidades de oferta (e financeiras) das escolas. E não parece desinteressante um estudo filosófico, histórico, sociológico e científico das

religiões, tal como do fenômenos político, científico, artístico, etc. Numa prova de Filosofia deste ano no Ensino Secundário, em Portugal, uma das questões foi, precisamente, sobre Deus. Não se pode ignorar o tema, mas não pode ser tratado de forma banal, nem sectária.

É impensável obrigar um ateu a ter quaisquer aulas religiosas, a menos que as queira ter, por cultura geral. É impensável obrigar um fiel de uma religião a ter aulas de outra, a menos que, também, deseje alargar os seus horizontes. E está fora de questão que um ou outro vão a essas aulas para as perturbar, ou sublevar as crenças dos outros. O ideal é que a Escola pública seja um lugar de abrangência e diálogo e igualdade entre todos, e as religiões, mesmo no melhor ecumenismo, realmente dividem as opiniões, as práticas...Vendo as coisas do ponto de vista autobiográfico, sempre tive a vida facilitada, porque tendo tido uma educação escolar católica em país que, na altura (e ainda hoje, posto que menos), era maioritariamente católico. Embora, pensando nos vários sacerdotes e leigos católicos que foram meus professores de Religião e Moral, reconheça muitos estilos, muitos catolicismos... Recordo, por exemplo, Zacarias de Oliveira, então Físico-Químico e Padre, autor de um belo livro sobre São Paulo e de outro sobre a figura do padre na literatura portuguesa.

Certamente que um ou outro colega de outra religião não se sentiriam tão à vontade. Utilizar a escola pública para proselitismo é muito errado, e não cria verdadeiros fieis, mas rebanhos de inconsistentes membros de uma religião. Fora disso, deve haver, naturalmente nos limites da lei, total liberdade de educação, ensino, expressão, culto, etc..

A questão é particularmente complicada quando religião e política andam de braço dado, uma como braço armado ideológico da outra. E pior ainda se se mesclam negócios e outros poderes e interesses. Então é uma combinação explosiva.

Os grandes valores que devem ser aprendidos não são, no meu modesto entender, especificamente religiosos, embora umas ou outras religiões possam enfatizar mais estes ou aqueles valores. Acredito que um Protestante e um Budista não terão exatamente o mesmo entusiasmo pela ação, ou pelo sucesso. Mas, como não sou nem uma coisa nem outra, disso não serei certamente bom juiz, por ignorância e distanciamento, por decerto superficialidade.

Portanto, acreditando numa confluência de grandes valores das grandes religiões, creio que não é necessário, numa escola laica, recorrer a elas, porquanto tais valores, além do mais (e quem diz valores diz virtudes), podem ser perseguidos por uma ética comum, laica, republicana.

Desenvolvo a questão no meu livro *Por uma Ética Republicana*, sobretudo.

Recentemente, Thomas Lickona, no seu *How to raise kind kids*, fala nomeadamente na necessidade de respeito e justiça e ainda disciplina, elencando as seguintes dez virtudes a cultivar, que são essencialmente as clássicas, com ligeiro retoque: prudência, justiça, coragem, moderação, amor, atitude positiva, trabalho árduo, integridade, gratidão e humildade. Os valores são, no plano jurídico-político, sobretudo liberdade, igualdade, fraternidade (com solidariedade, humanidade, etc., como sua preparação). As religiões podem enfatizar elementos do amor e da solidariedade, por exemplo. Mas, como dizia alguém, as grandes palavras que iriam salvar o Mundo já foram todas ditas. Resta é fazer por isso.

Chie Hirose

Ainda sobre o lúdico. O Nuninho é um menino que vive em seu mundo de imaginação e ludicidade. Como via e como vê a oposição entre o lúdico da criança e as imposições preceituais da escola? PFC, que é dado a utopias (como ideais concretos, claro), que mensagem daria para a geração e para as escolas de hoje?

Paulo Ferreira da Cunha

Há não pouca gente que faz uma oposição radical entre uma criança ou um adolescente que quer ser livre – e ser livre é ser maroto, traquinas, “aprontar” – e uma escola severa que o quer disciplinar, domesticar, domar mesmo.

Lamento muito, mas talvez eu tenha sido um excelente produto dessa domesticação. Pior me senti por vezes na escola como professor e como colega do que enquanto aluno. A suposta canga da pedagogia que senti não me foi pesada. Suave foi o jugo. Claro que sofri a escrever centenas de vezes as palavras difíceis cuja grafia agora já nem sei qual seja, depois do Acordo ortográfico (que, contudo, em geral apoio, por princípio, mas que me tem dado uma enorme dor de cabeça pela sua incoerência). Claro que suei para resolver problemas com torneiras e banheiras que só Arquimedes deveria resolver na perfeição. Claro que não me foi fácil decorar listas e mais listas, algumas vezes: de rios, de produções agrícolas, de montes, de estações de caminhos de ferro. Mas tudo isso é o *ad augusta per angusta*. Nada se consegue sem sacrifício. E é essa a grande questão: se, evidentemente, não devem os professores ser sádicos, obrigando a labores sem razão os pobres alunos, também não lhes podem mentir sobre a vida, transformando a escola numa brincadeira, em que não há verdadeiros prémios nem autênticas repreensões.

Sempre gostei de um certo ludismo nas minhas aulas e nos meus livros. Mas toda essa facilidade esconde muito trabalho, e espera-se que o aluno ou leitor entenda que é apenas um embrulho agradável a convidar para muito árduos labores.

Não vejo nenhuma incompatibilidade entre a Escola ser útil, e ensinar, e ser uma festa. Mas uma festa de contentamento com o trabalho, não algo que nada tenha a ver com a finalidade da escola, que é ensinar e aprender.

O meu conselho aos professores é que amem a sua profissão. Mas isso, realmente, não se pode aconselhar. Sejam iguais a si próprios. De preferência, sempre que possível, não aplicando pedagogias de pronto-a-vestir. O meu conselho aos alunos é que não abduquem da reivindicação inteligente, justa e criativa. E que sejam suficientemente dúcteis para compreender que, mesmo a mais rígida das escolas, propõe que aprendam um novo jogo. É preciso, em qualquer caso, aprender a jogá-lo e muito bem. E quando, com trabalho, com angústia, com tempo aplicado, se chega a dominar o novo jogo, não há dúvida de que nos enchemos de contentamento. Não queiram, professores e alunos, facilidades, nem paraísos artificiais. A verdadeira felicidade e alegria na Escola depende do empenhamento nela, depende de a levarmos a sério.

Não é uma solução de descoberta da pólvora. Mas foi a que resultou comigo e creio que com muito mais gente. Por isso, passei tantos anos na Escola. E ainda hoje lá volto, certamente para matar saudades, camufladas de pedir um ou outro livro de empréstimo à Biblioteca.

Há uma última coisa, que reputo absolutamente essencial: no meu tempo, a escola era uma atividade importante, mas não era, para uma criança, de modo algum a única. Como se viu no aperitivo que é esta entrevista, eu tive uma vida real e muito

cheia, mesmo culturalmente, fora da escola. Apesar de ter tido sempre excelentes professores, se não tivesse, desde criança, o bom hábito de ter uma vida própria, de procurar os meus autores, as minhas atividades, seria muito diferente, e acho que estaria muito empobrecido. Hoje, há a tendência (em todos os níveis) de fazer da escola (e da profissão) uma atividade totalitária, multidimensional, um polvo invasivo, que não deixa tempo nem individualidade às pessoas. Seremos muito melhores estudantes e profissionais se tivermos tempo (*Lass dir Zeit* é um grande lema, que já tive como fundo do meu computador) para uma vida individual, para uma vida pessoal. Por isso, é necessário o respeito pelo tempo das pessoas, e não obrigar professores a uma vida de dedicação total a papeladas, estatísticas, redundâncias, e os alunos a praticamente o mesmo, inundados de trabalhos para casa, e cheios de aulas.

Este tempo de Coronavírus deveria ser ocasião para repensar também a escola e a educação das crianças e dos jovens. Infelizmente, muitos professores e alunos andam exaustos e em grande medida frustrados com aulas por videoconferência e muito mais tarefas. Não há dúvida que a escola nunca poderá ser substituída por uma tela de computador. É preciso o contacto pessoal, olhos nos olhos. Quando for seguro, tempos de voltar à escola real, e não pensar em economizar salários de professores, como alguns já estarão a congeminar.

Deveríamos parar para pensar. E por aqui paro eu. Muito obrigado por esta viagem à minha infância e a outros lugares de saudade.

Recebido para publicação em 23-08-20; aceito em 26-08-20